



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**RESOLUÇÃO CGESTORGV/UFJF Nº 7, DE 25 DE AGOSTO DE 2023**

Aprova Relatório Final da Comissão de  
Condução do Debate (CCD) com sugestões  
do Conselho Gestor.

**O CONSELHO GESTOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o que foi deliberado, por unanimidade, em sua reunião ordinária realizada no dia 23 de agosto de 2023, e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo SEI nº 23071.923817/2021-29,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Relatório Final da Comissão de Condução do Debate (CCD) com sugestões do Conselho Gestor.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno do SEI-UFJF.

Governador Valadares, 25 de agosto de 2023.

Prof. Dr. Ângelo Márcio Leite Denadai  
Presidente do Conselho Gestor da UFJF-GV



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Marcio Leite Denadai, Diretor(a)**, em 25/08/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1431176** e o código CRC **E9FA6B06**.

# Relatório Final da Comissão de Condução do Debate (CCD), com sugestões do Conselho Gestor

Processo: 23071.923817/2021-29

Relatório Final da Comissão de Condução do Debate, conforme estabelecido na proposta de metodologia de debate acerca de uma possível emancipação do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Governador Valadares, aprovada por meio Resolução do CONSU n.º 05/2022.

## COMISSÃO:

### Membros Titulares

- I- Eryl Guilherme Azevedo, SIAPE 1506733, representante do ICV (**Presidente da Comissão**);
- II- Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli, SIAPE 1974240, representante da Diretoria-Geral do *Campus* GV;
- III- Hilton Manoel Dias Ribeiro, SIAPE 2025461, representante do ICSA;
- IV- Jean Filipe Domingos Ramos, SIAPE 2336295, representante da APES;
- V- Renato Pereira Araújo, SIAPE 2900745, representante do SintufejuF-GV;
- VI- Rafael Felipe Modesto, matrícula 201701056GV, representante do DCE.

### Membros Suplentes

- I- Kassandro Cardoso Burmann, SIAPE 1902969, representante da Diretoria-Geral do *Campus* GV;
- II- Rafael Marins Rezende, SIAPE 2103154, representante do ICV;
- III- Leandro Roberto de Macedo, SIAPE 2154879, representante do ICSA;
- IV- Tayara Talita Lemos, SIAPE 2128345, representante da APES;
- ]V- Jenifer Carvalho Grossi, SIAPE 2163934, representante do SintufejuF-GV;
- VI- Carlos Henrique Viveiros Santos, matrícula 201903055GV, representante do DCE.

AGOSTO / 2023

## Sumário

### **1- Introdução**

Quadro 1 - Calendário de discussões divulgado em 21/06/2002.

Quadro 2 - Calendário de discussões divulgado em 09/11//2022.

### **2- Dos debates conduzidos pela CCD**

2.1- Apresentação do Cronograma à comunidade

2.2- Realização dos Grupos de Trabalho

2.3- Publicação do Relatório de Fomento do debate acerca da emancipação do Campus de GV da UFJF, explicativo e objetivo sobre o processo de emancipação e Estímulo ao debate nas Congregações

2.4- Mesa redonda apresentação do relatório de fomento ao debate sobre emancipação

2.5- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial Juiz de Fora

2.6- Mesa redonda sobre conjuntura política, econômica e social

2.7- Mesa redonda sobre emancipação - Participação da reitora da UFCAT

2.8- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação

2.9- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação

2.10- Audiência pública com representações do poder público, da Reitoria, de toda a comunidade acadêmica e da comunidade geral (on-line e presencial)

### **3- Das considerações a partir dos eventos realizados**

### **4 - Registro de agradecimentos**

### **5- Encaminhamentos:**

### **ANEXOS**

## 1- Introdução

Em 22 de novembro de 2019, após a reunião do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (CONSU/UFJF), foi criada uma comissão para tratar da possibilidade de emancipação do *Campus* de Governador Valadares (*Campus* GV), por meio da Portaria/SEI n.º 214, de 13 de fevereiro de 2020. Contudo, devido a fatores situacionais diversos, a comissão foi dissolvida para que fosse criada uma nova. Os encaminhamentos realizados à época podem ser visualizados nos processos 23071.915225/2020-89, 23071.915966/2020-64 e 23071.922393/2020- 68.

A Comissão para definição de metodologia para debate sobre a possibilidade de emancipação do *Campus* GV, vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi designada pela Portaria/SEI n.º 696, de 18 de junho de 2021 (ato do Diretor do *Campus* GV), nos termos da Resolução n.º 03/2021 do Conselho Gestor do *Campus* GV, presente no processo n.º 23071.900042/2021-08, documento SEI n.º 0403056, por determinação do Conselho Superior (CONSU) da UFJF, em reunião realizada em 22 de novembro de 2019.

Considerando que o tema deveria envolver ampla discussão em todos os segmentos da universidade, com participação das instâncias superiores da UFJF, sem deixar de ouvir a comunidade Valadarense, foi deliberado, pelo CONSU, a criação de uma Comissão para definição de "Metodologia de Debate", com as devidas representações, a qual deveria apresentar ao CONSU uma proposta de metodologia a ser adotada para a discussão do tema.

Como resultado dos trabalhos dessa Comissão, foi apresentada ao CONSU uma proposta de metodologia para o debate sobre a emancipação do *Campus* GV, presente no processo SEI n.º 23071.903102/2022-29, documento SEI n.º 0664998, discutida e deliberada nesta instância e originada a Resolução n.º 05 de 21 de fevereiro de 2022.

Ato contínuo à aprovação da proposta pela mais alta instância universitária e, após Moção de apoio da Câmara Municipal de Governador Valadares à emancipação do *Campus* GV da UFJF, conforme descrito no processo SEI n.º 23071.923817/2021-29, documento SEI n.º 0692145, o Conselho Gestor do *campus* GV, por meio da Resolução n.º 01/2022, no mesmo processo, documento SEI n.º 0783797, instituiu a presente Comissão de Condução do Debate (CCD), nos termos da Resolução do CONSU n.º 05. de 01 de fevereiro de 2022.

A Comissão de Condução do Debate (CCD) é composta pelos seguintes membros titulares, designados por meio da RESOLUÇÃO Nº 01/2022, DE 05 DE MAIO DE 2022:

I- Ricardo Cunha Grunewald Zarantoneli, SIAPE 1974240, representante da Diretoria-Geral do *Campus* GV;

II- Erly Guilherme Azevedo, SIAPE 1506733, representante do ICV;

III- Hilton Manoel Dias Ribeiro, SIAPE 2025461, representante do ICSA;

IV- Jean Filipe Domingos Ramos, SIAPE 2336295, representante da APES;

V- Renato Pereira Araújo, SIAPE 2900745, representante do Sintufejuf-GV;

VI- Rafael Felipe Modesto, matrícula 201701056GV, representante do DCE.

E composta pelos seguintes membros suplentes, designados por meio da RESOLUÇÃO Nº 02/2022, DE 06 DE JUNHO DE 2022:

I- Kassandro Cardoso Burmann, SIAPE 1902969, representante da Diretoria-Geral do *Campus* GV;

II- Rafael Marins Rezende, SIAPE 2103154, representante do ICV;

III- Leandro Roberto de Macedo, SIAPE 2154879, representante do ICSA;

IV- Tayara Talita Lemos, SIAPE 2128345, representante da APES;

JV- Jenifer Carvalho Grossi, SIAPE 2163934, representante do Sintufejuf-GV;

VI- Carlos Henrique Viveiros Santos, matrícula 201903055GV, representante do DCE.

A CCD reuniu-se ordinariamente em 13 de maio de 2022 para início das atividades e eleição de sua presidência. A partir de então, os membros da CCD reuniram-se periodicamente para organizar e definir a dinâmica dos trabalhos de suporte aos debates sobre o tema da emancipação do *Campus* GV. O primeiro passo foi a elaboração e divulgação do cronograma de ações da comissão e dos grupos de trabalho de suporte à mesma.

Como resultado das reuniões, em 21 de junho de 2022, a comissão divulgou o calendário de discussões, conforme o Quadro 1. Em 09 de novembro de 2022, a CCD apresentou um novo calendário, com atualizações, Quadro 2.

Destaca-se que no dia 03/11/2022, a APES retirou-se espontaneamente da CCD, sem a indicação de novos representantes.

**Quadro 1 - Calendário de discussões divulgado em 21/06/2002.**

<b>Calendário de discussões- 21/06/2002</b>	
<b>Etapa</b>	<b>Data</b>
Apresentação do Cronograma à comunidade	21/06/2022
Realização dos Grupos de Trabalho	21/06/2022 a 20/08/2022
Publicação do Relatório de Fomento do debate acerca da emancipação do Campus de GV da UFJF, explicativo e objetivo sobre o processo de emancipação	até 31/08/2022
Estímulo ao debate nas Congregações	12/09/2022
Mesa-redonda com apresentação do relatório de fomento ao debate sobre emancipação	16/09/2022 (sexta-feira)
Mesa-redonda sobre conjuntura política, econômica e social	04/11/2022 (sexta-feira)
Mesa-redonda sobre emancipação	10/11/2022 (quinta-feira)
Reunião aberta (interna) presencial Unipac	23/09/2022 (sexta-feira)
Reunião aberta (interna) presencial Pitágoras	24/11/2022 (quinta-feira)
Reunião aberta (interna) presencial Juiz de Fora (local a definir)	30/11/2022 (quarta-feira)
1ª Audiência pública com representações do poder público, da Reitoria, de toda a comunidade acadêmica e da comunidade geral (on-line)	02/12/2022 (sexta-feira)
2ª Audiência pública com representações do poder público, da Reitoria, de toda a comunidade acadêmica e da comunidade geral (presencial)	12/12/2022 (segunda-feira)
Debate no Conselho Gestor do <i>Campus</i> de Governador Valadares	19/12/2022 (segunda-feira)
Consulta pública à toda a comunidade acadêmica (modo de consulta definido pelo CONSU)	Até 20/12/2022 (terça-feira)
Envio e apresentação ao Conselho Gestor e CONSU do relatório final	Até 25/01/2023 (quarta-feira)

Fonte: Processo 23071.923817/2021-29 (doc. SEI 0843026).

**Quadro 2 - Calendário de discussões divulgado em 09/11//2022.**

<b>Calendário de discussões- 09/11//2022</b>		
<b>Etapa</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Apresentação do Cronograma à comunidade	Concluída (atualização em 08/11)	-
Realização dos GTs	Concluída	-
Publicação do Relatório de Fomento do debate acerca da emancipação do <i>Campus</i> de GV da UFJF,	Concluída	Site UFJF-GV / Transparência

explicativo e objetivo sobre o processo de emancipação e Estímulo ao debate nas Congregações		
Mesa redonda apresentação do relatório de fomento ao debate sobre emancipação	16/11/2022 quarta-feira, 14h às 17h	R. Manoel Byrro, 241 - Vila Bretas - GV (Auditório)
Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial Juiz de Fora	22/11/2022 terça-feira, 9h30	Auditório Centro de Ciências - Sede
Mesa redonda sobre conjuntura política, econômica e social	29/11/2022 terça-feira, 14h às 17h	R. Manoel Byrro, 241 - Vila Bretas - Auditório
Mesa redonda sobre emancipação - Participação da reitora da UFCAT	01/12/2022 quinta-feira, 14h às 17h	R. Manoel Byrro, 241 - Vila Bretas - Auditório
Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação	02/12/2022 quinta-feira, 9h às 12h	R. Manoel Byrro, 241 - Vila Bretas - Auditório
Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação	05/12/2022 segunda-feira, 14h às 17h	Av. Doutor Raimundo Monteiro de Rezende, 330, Sala 305 Bloco A - Centro - GV
Audiência pública com representações do poder público, da Reitoria, de toda a comunidade acadêmica e da comunidade geral (on-line e presencial)	06/12/2022 terça-feira 13h às 17h	Câmara Municipal de GV R. Mal. Floriano, 905 - Centro

Fonte: Processo 23071.923817/2021-29 (doc. SEI 1042340).

## 2- Dos debates conduzidos pela CCD

Conforme proposto no calendário, as seguintes ações foram desenvolvidas:

### 2.1- Apresentação do Cronograma à comunidade

O cronograma de atividades conduzidas pela comissão foi divulgado em 21 de junho de 2022, e em 09 de novembro de 2022, um calendário com atualizações.

### 2.2- Realização dos Grupos de Trabalho

A CCD promoveu a criação de 3 (três) Grupos de Trabalho para ampliar a consulta à comunidade acadêmica e à sociedade civil de Governador Valadares. Esses grupos ficaram responsáveis pela elaboração de relatórios parciais temáticos, para atender aos pontos especificados em diferentes linhas, para condução das discussões sobre a possibilidade de emancipação do *Campus* GV. Assim, foram criados os GT's temáticos a seguir:

- GT1 - Grupo de Trabalho sobre o contexto: Histórico de implementação do *Campus*; Contexto Local - Município e Região; Contexto Político (conjuntura, histórico e projetos de lei em andamento); Condições Legais de Emancipação;
- GT2 - Grupo de Trabalho sobre casos de emancipação: Casos de emancipação efetivados, suas condições de emancipação; Casos de não emancipação e suas condições de manutenção de vinculação;
- GT3 - Grupo de Trabalho sobre infraestrutura: Estrutura física; Estrutura tecnológica; Estrutura organizacional; Cargos e funções; Orçamento.

Cada grupo de trabalho produziu um relatório à parte que foi enviado à CCD e condensado em um único documento. O resultado deste trabalho pode ser visualizado no Relatório de Suporte ao debate sobre emancipação do *Campus* GV.

### **2.3- Publicação do Relatório de Fomento do debate acerca da emancipação do Campus de GV da UFJF, explicativo e objetivo sobre o processo de emancipação e Estímulo ao debate nas Congregações**

O relatório foi apresentado para os membros da CCD para avaliação. Após avaliação de seus membros, este relatório foi aprovado em reunião da comissão no dia 04/11/2022, e publicado em 08/11/2022.

Após a publicação iniciou-se o processo dos debates conforme estipulado na metodologia. Em respeito e reconhecimento aos participantes dos debates, a CCD disponibilizará, em anexo a este relatório, as atas das reuniões e os links com as reuniões na íntegra.

A seguir, apresentamos um relato sintético de como ocorreu e o que foi discutido nos debates.

### **2.4-Mesa redonda apresentação do relatório de fomento ao debate sobre emancipação**

O evento ocorreu na Unidade Vila Bretas/Auditório da Unipac, em 19 de novembro de 2022. A Mesa redonda foi conduzida pelo Presidente da Comissão, Erly Guilherme Azevedo. Estavam presentes membros da Comunidade Acadêmica do Campus Governador Valadares, e membros da comunidade valadarense. Foi apresentado o Relatório de Suporte ao debate sobre emancipação do *Campus* GV, esclarecendo as dúvidas dos presentes.

### **2.5- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial Juiz de Fora (ANEXO 1)**

A reunião ocorreu em 22 de novembro, no anfiteatro do Centro de Ciências, em Juiz de Fora, aberta para toda a comunidade acadêmica. A reunião foi conduzida pelo representante da Comissão de Condução do Debate sobre a possibilidade de emancipação do campus Governador Valadares, Ricardo Grünewald Zarantoneli.

O evento, transmitido para a comunidade de Governador Valadares, contou com a participação de representantes da gestão administrativa da Universidade e membros da comunidade acadêmica. Na oportunidade foram discutidas as questões inerentes ao desmembramento do Campus GV, com objetivo de diminuir dúvidas e conflitos de informações pertinentes ao Campus Sede e Campus GV, sobre as possibilidades e desafios para uma eventual emancipação.

Durante o evento houve ponderações sobre o Relatório de suporte apresentado pela comissão. A Comissão apresentou no Relatório de Suporte, questões técnicas organizacionais, de contextos políticos e sociais. A discussão sobre o modelo de universidade que se quer não foi o foco da comissão.

As falas convergiram para uma reflexão sobre o modelo de universidade, que se pretende criar com a desvinculação, não sendo possível avançar nesse processo sem essa discussão. A estrutura de uma nova universidade só fará sentido, a partir do momento que o Campus tiver clareza do que ele quer fazer, e de quem ele quer ser como sujeito coletivo da região. A premissa da autonomia é a possibilidade de realizar os anseios da comunidade onde a universidade está inserida. Foi ponderado também que nenhum projeto de universidade deve partir de um projeto infraestrutural ou de um modelo de governança, e sim, deve ser construído a partir daquilo que a universidade vai ser para ela e para sociedade. É necessário olhar com cuidado para as demandas regionais, e tentar articular um projeto de universidade que possa responder os anseios da região.

### **2.6- Mesa redonda sobre conjuntura política, econômica e social (ANEXO 2)**

No dia 29 de novembro de 2022, no auditório da UNIPAC, em Governador Valadares, ocorreu o debate sobre a atual conjuntura econômica e social que envolve uma possível emancipação do campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), aberta para toda a comunidade acadêmica do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). O debate foi conduzido pelo técnico administrativo Ricardo Cunha Grünewald Zarantoneli, representante da Comissão de Condução do Debate, mediado pelos professores Anderson de Oliveira Reis (Diretor em exercício do ICSA) e Nathalia Carvalho Moreira (Chefe do Departamento de Administração). O evento contou com a participação de representantes da gestão administrativa da UFJF-GV, políticos da região, sociedade civil, discentes e docentes. Ricardo iniciou a reunião apresentando-se e explicando o motivo do debate.

O evento foi uma oportunidade para dirimir dúvidas dos presentes. O professor Anderson destacou que a emancipação no contexto local, de Governador Valadares, exprimiu que, para uma possível emancipação,

deveria-se questionar o que se quer como órgão universitário e o que a universidade precisa ter para atender aos anseios econômicos e sociais da cidade.

Foram citadas experiências de outras universidades que emanciparam, das consequências desse processo. Foi destacado que o processo de mudança pode ser difícil e complexo e que se trata de um processo de amadurecimento e que deve-se avaliar os impactos e planejar-se. Haverá desafios na desvinculação, mas há ferramentas gerenciais e políticas para mitigar os impactos negativos.

Foi destacado no evento, que há um receio de que o Campus não se mantenha com a desvinculação. Mas foi explicado que não há exemplos recentes de universidades que fecharam por falta de recursos, que a universidade pública federal é defendida pela sociedade e que a sociedade não deixaria uma universidade fechar facilmente por falta de recursos.

## **2.7- Mesa redonda sobre Universidades que se desvincularam (ANEXO 3)**

No dia 01 de dezembro de 2022, no Auditório da OAB, em Governador Valadares, ocorreu a audiência pública, com a Magnífica Reitora da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), uma das universidades mais recentes criadas a partir do desmembramento de um campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), ocorrido em 2018. A audiência pública foi aberta para toda comunidade acadêmica, e conduzida pelo representante da Comissão de Condução do Debate sobre a possibilidade de emancipação do campus Governador Valadares, Ricardo Grünewald Zarantoneli.

A Reitora fez um breve relato do processo de expansão das universidades nos últimos anos, e destacou a necessidade do fortalecimento da rede federal de ensino superior do nosso país. Fez um recorte temporal destacando como foram constituídas as novas universidades a partir do processo de expansão e do REUNI. De 2003 a 2014 foram criadas várias universidades federais no país (18 IFES), nominadas de novas universidades e novíssimas universidades. As 5 novíssimas universidades, duas na Bahia, duas no Pará, e o Cariri foram constituídas com lei de criação, que trouxe: o que a universidade será; qual patrimônio, se existe ou não; a localidade em que a universidade atuará; qual será a estrutura, em termos de pessoal, cargos comissionados, e os cargos efetivos.

A reitora explicou que o financiamento vinha de um acordo junto ao MEC. As novas universidades receberam um adicional, que é chamado hoje informalmente, de “enxoval” por 10 anos, até que consolidasse a sua implantação. A proposta era de quem em dez anos não rodasse a Matriz Andifes. Por 10 anos, a nova universidade ficava recebendo o aporte financeiro e também recebendo o mesmo orçamento, e só a partir desse período de consolidação, o orçamento teria como parâmetro a Matriz Andifes. As novíssimas universidades receberam aporte financeiro até 2019, faltando ainda quatro anos. Esse aporte financeiro foi cortado pelo governo Bolsonaro.

Após a criação dessas 18 universidades, foram implantadas no país as “supernovas universidades”. A UFCAT 12/05/2016 – 20/03/2018; a UFR 12/05/2016– 20/03/2018; a UFDPA 12/05/2016 - 11/04/2018; a UFJ 12/05/2016 – 20/03/2018; a UFAPE 06/03/2018 - 11/04/2018; a UFNT 12/05/2016 – 08/07/2019.

Segundo a Reitora Roselma, para a criação dessas supernovas universidades, existia o projeto, existia a solicitação política para que essas regiões tivessem a sua proposta, existia o apoio social, cultural, e econômico (desenvolvimento do interior, oportunidade de formação e transformação social política e cultural nas localidades e que essas universidades estavam inseridas). Porém, não existia naquele momento nenhum movimento do MEC para a expansão das Universidades. A tramitação desses projetos se deu no início do impeachment, exceto a de Pernambuco.

Foi destacado que a criação destas novíssimas universidades foi frágil, principalmente no aspecto econômico. Hoje é feito um movimento para readequação das leis de criação, que é o que todo grupo que esteja pensando numa nova Universidade precisa saber. A reitoria ressaltou que as condições de criação de leis das supernovas universidades são bastante precárias, por isso, é preciso unir esforços para que essa estrutura seja modificada. É preciso ocupar os status social, cultural e econômico que a universidade tinha, é preciso repensar a universidade e atender as demandas sociais e culturais, principalmente a inclusão.

Ainda segunda a reitora, não foi garantido para as seis supernovas universidades nenhum investimento a mais do que estava na LOA. Somado a isso, teve a LC 173 que impediu a liberação dos cargos efetivos. Até dia 31 de Dezembro de 2021, nenhum outro gasto para o governo poderia ser gerado. Sempre trabalharam de forma precária, enquanto Campus. A Reitora ressaltou que, mediante todas as dificuldades, as 6 supernovas universidades não se arrependem de ter se tornado uma universidade, mesmo sendo



criadas em condições muito aquém do que foram criadas as novas e as novíssimas universidades. Mas há esperança de equiparação pelo princípio da isonomia. A reitora destacou que a evolução que tiveram em cinco anos, mesmo no contexto difícil politicamente, elas não tiveram em muito tempo, enquanto regional.

A professora Roselma explicou que o primeiro ato que acontece é a assinatura da Lei de criação e a nomeação do(a) reitor(a). Em seguida, cria-se o CNPJ. A partir desse momento, a universidade é responsável por toda execução financeira, e o próximo recurso vem separado da universidade mãe. Falou sobre os diferentes sistemas que precisam ser credenciados.

Esclareceu também sobre o período de tutoria pelo qual a UFCAT passou, dando exemplos de como foi esse processo. O termo de tutoria é celebrado entre o MEC e a universidade tutora, sendo que a universidade criada só dá anuência. O termo de tutoria garante que a Universidade tutora faça tudo pela nova universidade, como a execução financeira, a folha de pagamento, os projetos de execução, os contratos, até que a universidade criada tenha corpo técnico para desempenhar essas atividades.

A Reitora trouxe também a experiência dos Grupos de Trabalho que se reuniam e discutiam sobre a Universidade que queriam, e essas discussões eram registradas. Qual a vocação, a natureza, o perfil desta Universidade era discutida coletivamente. Foram realizados seminários, onde era trazido sempre uma pessoa para conversar sobre o assunto. Como resultado dessas discussões, foi produzido um documento que trouxe o perfil da Universidade. A Universidade que queriam foi documentada através desse trabalho, delineado junto com a comunidade. Deu-se destaque para questão da inclusão social, para questão regional, no apoio à cultura e a preservação da cultura. Deu como exemplo, a criação da secretaria de ações afirmativas, que foi uma resposta a esse Universidade que pensamos e que queremos. Após a criação da UFCAT, e nomeação da Reitora, começaram a reunir para construção do Estatuto, para ser encaminhado ao MEC para aprovação.

Durante o evento, a reitoria trouxe vários exemplos da evolução enquanto UFCAT, apresentando as melhorias e os desafios advindos do processo de desmembramento.

## **2.8- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação**

O evento estava programado para ocorrer no Auditório da Unipac, em 02 de dezembro de 2022, mas não ocorreu, por falta de quorum.

## **2.9- Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial sobre emancipação**

O evento estava programado para ocorrer na Faculdade Pitágoras, mas não ocorreu, por falta de quórum.

## **2.10- Audiência pública com representações do poder público, da Reitoria, de toda a comunidade acadêmica e da comunidade geral (on-line e presencial) (ANEXO 4)**

O evento ocorreu na Câmara Municipal de GV, no dia 06 de dezembro de 2022, na Câmara Municipal de Governador Valadares, aberta para toda a comunidade acadêmica, para debater sobre a possível emancipação do Campus de Governador Valadares da UFJF. A audiência pública foi conduzida pelo Presidente da Comissão de Condução de Debate sobre a possibilidade de emancipação do Campus Governador Valadares, Professor Erly Guilherme Azevedo. O evento, transmitido para a comunidade de Governador Valadares, contou com a participação de representantes da gestão administrativa da Universidade, representantes do movimento estudantil, representantes políticos, membros da comunidade acadêmica do Campus GV e da comunidade valadarense.

O Professor Erly fez uma breve contextualização de como se deu as discussões da possibilidade da emancipação do Campus da UFJF Governador Valadares, e fez um resgate dos trabalhos já realizados pela comissão, e de algumas experiências vivenciadas no Campus GV. Destaca em sua fala os diferentes problemas enfrentados pelo Campus GV.

O servidor Ricardo Grunewald, representante da direção-geral e membro da Comissão faz uma breve apresentação sobre os resultados da sua dissertação de mestrado, sobre uma eventual emancipação do Campus de Governador Valadares. falou sobre o movimento de separação de algumas Universidades em 2018, considerado um avanço natural, que ocorreu em todos os últimos Governos. Trouxe dados de pesquisas feitas com as Universidades que se emanciparam e com os servidores da UFJF, além da

ponderação de impactos negativos e positivos, e destacando que seu trabalho apresenta algumas propostas para mitigar esses efeitos negativos.

O Reitor, professor Marcus Vinícius David fez uma retrospectiva sobre a vivência da Universidade até o presente momento, ressaltou que o processo de criação de uma Autarquia Federal independe da vontade direta, mas sim de uma série de articulações políticas, que ensejaram a aprovação de uma lei autorizativa para que futuramente um presidente, por decreto, possa criar essa autarquia. O assunto “emancipação” surgiu com algumas polêmicas e divergências, que já sinalizava que o assunto deveria ser melhor discutido, e que teve um fato muito concreto, quando o então Ministro da Educação, ex-Ministro Milton Ribeiro começou a trabalhar uma proposta de projeto de lei que seria encaminhada para o Congresso Nacional, com a proposição de criação, inicial, de dez Universidades. Tal projeto, depois, foi apenas citado pelo Ministro em uma audiência no Congresso, com a proposta de criação de apenas cinco Universidades e naquelas cinco possibilidades não constava a criação de uma Universidade na cidade de Governador Valadares. O movimento do Ministro gerou uma forte reação nos meios universitários porque as Universidades foram totalmente surpreendidas com anúncio, repercussões contrárias e negativas ocorreram no Estado do Espírito Santo e desde então o Ministro tomou a decisão de que só encaminharia propostas de criação de universidades se ele recebesse da própria Universidade uma manifestação expressa de concordância da criação da Universidade. Ato contínuo, em conversa com o Ministro, ficou acertado que alguns procedimentos seriam cumpridos para se dar início ao desejo de emancipação do Campus UFJF/GV.

Contudo, houve grande mudança política no país, e o atual Governo, à época, não pretendia enviar nenhum processo de criação de Universidade nesse momento para o Congresso Nacional. Isso, obviamente, não impede uma movimentação para que a emancipação se concretize.

Segundo o Reitor, a Universidade deve continuar os debates sobre o assunto para, caso seja chamada a opinar, já tenha algo consolidado a posicionar. Acrescenta que a grave questão de infraestrutura em Governador Valadares foi ponto prioritário na reunião da ANDIFES e que a falta de investimentos expressivos na educação nos últimos sete anos faz surgir uma expectativa de que a partir do primeiro ano do novo governo haverá uma retomada investimentos na educação e a universidade tem que está preparada para apresentar propostas e projetos que contemplem Governador Valadares. Nessa linha, ao abarcar o tema “emancipação” propriamente dito, relata que esse é um processo natural em todos os Campi que cresce e se desenvolve por duas características muito simples, ou seja, o próprio desenvolvimento do Campus faz com que ele comece a justificar sua autonomia. Outra característica fundamental é importante, que justificaria a criação de uma Universidade, é quando o Campus começa a desenvolver a suas próprias vocações, quando em função da relação que ele mantém com a região em que ele está instalado, ele começa a ter especificidades, uma natureza e um projeto tão próprios que é natural que ele não se veja mais vinculado a uma outra Universidade, de uma outra região, porque ele já tem um projeto e uma natureza sua.

Sendo assim, discorda o Reitor da fala do presidente da comissão, se o motivo da emancipação for apenas por problemas de dotação orçamentária, fluxo de processos, ou autorização de despesas, visto que isso não se resolve com emancipação e não seria algo aceito no ministério de gestão de nenhum governo, ou seja, os problemas de gestão devem ser resolvidos, administrados e não podem ser o argumento para a criação de uma Universidade. Sem uma vocação, a proposta de emancipação nasce morta, sem chance de prosperar, e que se deve focar em um bom projeto para se alcançar êxito. O norte para a emancipação é um bom projeto, que abarque as vocações específicas, e que isso justifique o aporte para terminar a obra, um projeto de expansão que inclua a formação de professores na região e a emancipação

Foi ressaltado a necessidade da comunidade, reafirmar a Universidade que se deseja, porque é necessário se reforçar a ideia de uma universidade democrática, inclusiva, o sistema de cotas, o ensino de qualidade, e principalmente os recursos públicos para que isso aconteça, levando em consideração que a região é extremamente empobrecida, com renda média de até dois salários-mínimos. Que a região tem motivos para querer a Universidade como Vale do Rio Doce, que tem uma identidade muito própria em todos os seus aspectos e que o projeto de desenvolvimento da Universidade tem que está vinculado ao projeto de desenvolvimento dessa região, visto que foi esse foi o motivo da origem da Universidade nesta cidade. A nova Universidade tem que vir de um projeto de construção coletiva, com pensamento transformador, crítico, com a participação de todas as representações, e de uma articulação política, com projetos para ser apresentado ao MEC.

Na ocasião, membros da comunidade em geral expuseram em suas falas opiniões acerca do processo. O Diretor-Geral sugeriu que a Comissão condutora do debate avalie a possibilidade de se colocar no relatório final, o deflagramento do processo interno de emancipação.

### 3- Das considerações a partir dos eventos realizados

Ao término do cronograma de atividades proposto a comissão faz as seguintes ponderações:

1. Das 10 etapas propostas no Calendário de discussões, 2 eventos não foram realizados por falta de quórum;
2. A Consulta interna/Pesquisa de opinião não foi realizada, considerando que o CONSU não deliberou sobre a forma de consulta à comunidade conforme Resolução 05/2022 do CONSU.
3. Observou-se ao longo das etapas, uma baixa adesão aos trabalhos propostos pela CCD, principalmente nos grupos de trabalho de participação voluntária;
4. Houve, ao longo dos trabalhos, a saída da APES da comissão e a saída de um membro por motivos pessoais;
5. Os debates foram respeitosos e condizentes com um ambiente formal de trabalho. Em nenhum momento foi necessário cassar a palavra por conta de desrespeito ou prolongamento de falas.
6. A Comissão percebeu durante os debates que há, por parte da comunidade, receios e dúvidas com relação ao processo de desvinculação, mas que muitas das questões levantadas puderam ser sanadas, tanto no encontro que abordou as universidades que se separaram, quanto na audiência pública.
7. Foi sugerido que para além dos elementos de Governança e Orçamento pontuados no Relatório de Suporte da comissão, as questões apresentadas na audiência de Juiz de Fora, sejam consideradas no relatório final, para apresentação ao CONSU.
8. Durante o processo, a comissão entendeu que as palavras "emancipação" e "autonomia" não são as mais apropriadas para descrever o processo que está sendo construído. Entendeu-se que o objetivo é permitir que o campus GV trilhe um caminho próprio com a ampla participação de diversos setores da sociedade, incluindo outras universidades e, principalmente, a UFJF. Portanto, não se trata de uma ruptura ou distanciamento, mas sim de um processo natural de transformação e busca de uma vocação própria em prol do interesse coletivo regional. Na ausência de um termo mais adequado para descrever esse processo de transformação, sugere-se utilizar a palavra "desvinculação".
9. Foi sugerido a realização de uma análise mais detalhada na Parte III do relatório, em seu item 2 Estrutura Organizacional, Cargos e Funções. Sugeriu para que fosse feita uma análise mais detalhada, no que tange à sustentabilidade, e os possíveis setores/cargos/funções a serem criados.
10. Foi destacado que, em paralelo à gestão política e administrativa, deve haver um projeto pedagógico de universidade, que deverá ser construído junto com a comunidade, mostrando o que a universidade tem a contribuir para a região.
11. Durante os debates houve reflexão sobre a construção coletiva do processo de desvinculação do Campus GV, de uma reflexão da comunidade Universitária, estudantes, comunidade de Valadares e região. No projeto que se pretende criar deve contemplar a identidade e o histórico da região do Rio Doce, destacando a democratização da terra, a emigração da população para outros países, o tema da bacia hidrográfica do Rio Doce, as questões indígenas, como os Krenaks e os Pataxós. Houve discussões sobre a realidade regional e sobre o papel de uma futura Universidade dentro desse novo contexto nacional e dessa região, e por isso, a proposta dos novos cursos, avançar nos cursos de humanas, avançar nos cursos de saúde, áreas tecnológicas, para que seja construído um papel de uma nova Universidade mais identificada com o Vale do Rio Doce.
12. No projeto da Universidade não precisa necessariamente ser discriminado novos cursos, mas precisa constar no projeto a vocação desta nova universidade, a Universidade que querem, a vocação desta universidade neste espaço, nessa localidade precisa constar no projeto. É preciso descrever a região, e destacar o porquê a universidade tem que ser instalada em Governador Valadares. A região do Vale do Rio Doce tem indicadores fortes que mostram a necessidade, e qual é a vocação desta Universidade.
13. Foi sugerido um estudo de viabilidade, que indique com clareza se teremos recursos suficientes para a manter a universidade, pois é fundamental que o Campus tenha maturidade para sua desvinculação e com insumos suficientes para tal. Dependendo de como o projeto pedagógico da universidade for construído, tem-se o custo para a universidade.

14. Foi destacado que com desmembramento de um campus, a ruptura não é imediata, pois a Sede permaneceria como tutora do Campus, durante um tempo, até que o Campus desvinculado consiga se manter e funcionar de forma independente.

15. O processo de desvinculação é um processo natural em todos os *Campi* que cresce e se desenvolve em direção à sua autonomia. A criação de uma universidade se justifica quando o Campus começa a desenvolver as suas próprias vocações e quando se tem um projeto de universidade que contemple o seu papel na região em que ela está instalada. Com suas especificidades, natureza e projeto, é natural que um Campus Avançado não se veja mais vinculado e pertencente a uma outra Universidade, de uma outra região.

16. Problemas de dotação orçamentária, fluxo de processos, ou autorização de despesas, não podem ser motivadores para a deflagração do processo de desvinculação, e criação de uma nova universidade.

#### **4 - Registro de agradecimentos**

A comissão registra o agradecimento aos convidados que aceitaram o convite da comissão e atores políticos que se empenharam para que os debates ocorressem:

- Mag. Reitora da Universidade Federal de Catalão Roselma Lucchese
- Professor Anderson de Oliveira Reis
- Professora Nathália Fernandes da Silva
- Mag. Reitor Marcus Vinícius David
- Presidente da OAB GV Adilson Domiciano
- Deputado Leonardo Monteiro
- Vereador Jamir Calili

#### **5- Encaminhamentos:**

Ante o exposto, a presente comissão apresenta ao Conselho Gestor do Campus Governador Valadares e ao Conselho Superior, os seguintes encaminhamentos:

1- Formação de um grupo de trabalho com o objetivo de construir o projeto político institucional de uma nova universidade, tendo como base os debates e relatórios apresentados pela CCD abordando pelo menos os seguintes temas:

1. A identidade e vocações regional;
2. Projeto de expansão de vagas e cursos;
3. Gestão e governança institucional;

2- A comissão sugere que as lideranças locais e regionais, gestores e toda a comunidade acadêmica realizem prospecção de dados, oportunidades e informações que contribuam com a construção deste novo projeto político institucional a ser avaliado pela comunidade acadêmica.

3 - Que seja determinado o encerramento dos trabalhos da Comissão de Condução do Debate (CCD).

### **ANEXOS**

**ANEXO 1:** Relatório Reunião aberta presencial no Campus Sede Juiz de Fora - 22/11/2022.

**ANEXO 2:** Relatório Mesa redonda sobre conjuntura política, econômica e social - 29/11/2022.

**ANEXO 3:** Relatório Mesa redonda sobre universidade que se desvincularam - 01/12/2022.

**ANEXO 4:** Relatório Audiência pública Câmara Municipal de GV - 06/12/2022.

## **Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial no Campus Sede Juiz de Fora**

No dia 22 de novembro de 2022, no anfiteatro do Centro de Ciências, em Juiz de Fora, ocorreu a audiência pública, aberta para toda a comunidade acadêmica, para debater sobre a possível emancipação do campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A audiência pública foi conduzida pelo representante da Comissão de Condução do Debate sobre a possibilidade de emancipação do campus Governador Valadares, Ricardo Grünwald Zarantoneli.

O evento, transmitido para a comunidade de Governador Valadares, contou com a participação de representantes da gestão administrativa da Universidade: a Vice-reitora, Girlene Alves; Secretário-Geral, Edson Faria; Pró-reitor de Infraestrutura e Gestão, Marcos Tanure; Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Eduardo Condé; Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Mônica Ribeiro; Pró-reitora de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva, Cristina Bezerra; Pró-reitora de Gestão de Pessoas, Renata Mercês; Chefe de Gabinete, Mara Mendonça; Pró-reitora adjunta de Infraestrutura e Gestão, Janizete Marques; Pró-reitora adjunta de Planejamento, Orçamento e Finanças, Jucilene Melandre; Pró-reitor adjunto de Gestão de Pessoas, Welerson Perez; Diretor de Ações Afirmativas, Julvan Moreira; Diretor de Imagem Institucional, Jorge Ferreira; Pró-reitora de Graduação, Beatriz Francisco. Estiveram presentes também: o Presidente da APES, Leonardo Andrada; o Diretor do ICE, Eduardo Barrére; o professor da Faculdade de Engenharia, Augusto Cerqueira; e o presidente da Associação de Pós-Graduação (APG), Matheus Botelho. Da equipe do Campus GV, estavam presentes: o Coordenador Administrativo, Ricardo Grunewald; o Gerente de infraestrutura e TI, Diener Piske; o servidor do setor de Tecnologia e Informação, Jefferson.

Representando a gestão da UFJF, a vice-reitora, Girlene Alves, pontuou que, o Conselho Superior (Consu) deliberou pela proposta de metodologia de debate acerca de uma possível emancipação do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Governador Valadares. Segundo a professora, a comissão foi instituída para discutir as questões inerentes ao desmembramento do Campus GV, diminuir dúvidas e conflitos de informações pertinentes ao Campus Sede e Campus GV, sobre as possibilidades e desafios para uma eventual emancipação.

Ricardo explicou que a comissão foi criada em 05 de maio de 2022, por meio da Resolução Nº 01/2022, de 05 de maio de 2022, iniciando seus trabalhos com a criação de três grupos de trabalho para darem início às pesquisas relacionadas ao possível desmembramento. O GT1 - Grupo de Trabalho sobre o contexto, responsável em desenvolver o histórico e os contextos político, social e econômico de Governador Valadares, bem como as condições legais para a emancipação; o GT2 - Grupo de Trabalho sobre casos de emancipação, criado para fazer o levantamento de casos efetivados de emancipação de outros campi; e o GT3 - Grupo de Trabalho sobre infraestrutura, fez o levantamento da estrutura necessária do campus avançado, dos cargos existentes e dos necessários para o funcionamento da Universidade. Em seguida fez apresentação do cronograma das atividades da comissão.

A Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa destacou que paralelo a toda gestão política e administrativa, deve haver um projeto pedagógico de universidade. A professora Mônica trouxe as seguintes reflexões: Qual universidade que se pretende alcançar com uma instituição autônoma e independente? O que se pensa sobre o projeto de ciência e tecnologia para essa universidade? O que se pensa no projeto de graduação, pós-graduação? O que se projeta futuramente, manutenção dos atuais cursos, ou criação de novos cursos?

Ricardo, enfatizou que entende que a principal mudança será na sua estrutura organizacional. Na parte pedagógica não necessariamente precisará sofrer uma alteração junto com a organizacional.

Diener, gerente de infraestrutura de GV, complementou que no Campus GV, há hoje duas unidades acadêmicas, que a princípio não houve nenhum planejamento para alteração para essa atual configuração.

Marcos Tanure fez um comentário sobre a Parte III do relatório, em seu item 2. Estrutura Organizacional, Cargos e Funções. Sugeriu para que fosse feita uma análise mais detalhada, no que tange à sustentabilidade, e os possíveis setores/cargos/funções a serem criados.

Ricardo explicou que os dados da Tabela 10 - Possíveis setores a serem criados e os custos dos cargos de gestão, são apenas exemplificativos.

Augusto Cerqueira, professor da Faculdade de Engenharia, alinhado ao que já foi colocado pela professora Mônica Ribeiro, mostrou sua preocupação sobre qual projeto de universidade será proposto, para além das questões administrativas apresentadas. Pontuou outra preocupação, do ponto de vista orçamentário, que o Campus Sede tem contribuído para complementar o orçamento do campus GV, e numa possível emancipação, essa complementação não será possível.

Ricardo, disse que, quando há o desmembramento do campus, a ruptura não é imediata, a Sede permanece como tutora do Campus, durante um tempo, até que o Campus emancipado consiga se manter e funcionar de forma independente. Podendo, inclusive, contribuir com o orçamento da universidade criada.

O pró-reitor de Orçamento e Finanças, Eduardo Condé, fez alguns apontamentos: 1º deixou claro que não existe orçamento separado para Governador Valadares, o que ocorre é que todo ano, o CONSU faz uma alocação do recurso orçamentário para o funcionamento do Campus. 2º As novíssimas universidades são desdobramentos das universidades anteriores. Uma parte do orçamento de cada uma delas foi alocado nas novas universidades. Segundo Condé, provavelmente o MEC usou o critério aluno equivalente. Num possível desmembramento do Campus GV, se o critério aluno equivalente for aplicado, e considerando as particularidades do Campus, no que tange às despesas com aluguéis de imóveis, que gasta anualmente, cerca de R\$7 milhões, o orçamento não será suficiente para o seu funcionamento. Destacou, portanto, que é necessário um estudo de viabilidade, que indique com clareza se temos recursos suficientes para a manter a universidade. Alinhado ao que foi apresentado pela professora Mônica, ressaltou que, dependendo de como você constrói o projeto pedagógico da universidade, você constrói o custo para a universidade. Ressaltou que não é contra a emancipação do Campus, mas que é fundamental que o Campus tenha maturidade para sua emancipação e com insumos suficientes para tal.

A Pró-reitora de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva disse que o projeto pedagógico que demonstre a futura universidade de Governador Valadares pretende ter, deverá ser prioridade para o processo de emancipação. Levantou as seguintes questões: O que a universidade tem a contribuir para a região? Quais as necessidades da região para que a universidade possa contribuir com seu papel? A estrutura de uma nova universidade só fará sentido, a partir do momento que o Campus tiver clareza do que ele quer fazer, e de quem ele quer ser como sujeito coletivo da região. Outra questão pontuada, foi a respeito dos depoimentos que constam no relatório, que em sua maioria são favoráveis à emancipação. A partir dessa observação, questionou se existe por parte da comissão, uma percepção da comunidade acadêmica do Campus GV, quanto à questão da emancipação.

Ricardo respondeu que a comissão achou interessante colher depoimentos de quem já participou da gestão do Campus, pois entendem que com a emancipação, as principais mudanças seriam organizacionais, a nível administrativo. Sobre o projeto pedagógico, ele disse que segundo os estudos da comissão, a primeira ação exigida pela lei, quando uma universidade é criada, é a criação do Estatuto e do PDI. Acredita que a partir do momento que a universidade é criada, por meio de seu Estatuto, será possível descrever o objetivo da universidade e estabelecer os caminhos que ela irá trilhar. Sobre a percepção da comunidade acadêmica a respeito da emancipação disse que a comissão não fez nenhum levantamento, mas é possível perceber que a comunidade tem muitas dúvidas sobre o processo.

Cassiano reforçou que nenhum projeto de universidade deve partir de um projeto infraestrutural ou de um modelo de governança, e sim, deve ser construído a partir daquilo que a universidade vai ser para ela e para sociedade. É necessário olhar com cuidado para as demandas regionais, e tentar articular um projeto de universidade que possa responder os anseios da região.

Ricardo, relatou que a comissão não fez, a priori, estudos sobre possíveis mudanças pedagógicas, uma vez que não se espera mudanças revolucionárias nessa área. Disse, que os estudos estão mais focados na questão administrativa-organizacional da universidade, que é onde haverá maior impacto.

Girlene ressaltou que a comissão foi criada para trazer elementos para que a UFJF entenda e tome a decisão sobre o processo. Girlene pede que a comissão traga esses elementos para que a comunidade acadêmica compreenda que não é simplesmente desmembrar. Trazer experiências de desmembramentos que deram certos, e os que não deram, e as dificuldades que essas novas universidades enfrentaram durante o processo.

Ricardo, disse que a metodologia da Comissão de debates, aprovada pelo CONSU, teve um caráter muito técnico, focando nas questões técnicas organizacionais, de contextos políticos e sociais. A discussão sobre o modelo de universidade que se quer não foi o foco da comissão, pois não foi pedido na metodologia aprovada pelo CONSU. Os casos de emancipação efetivados e não efetivados estão presentes no relatório.

O presidente da Associação de Pós-Graduação (APG), Matheus Botelho disse que esperava ouvir mais da comunidade, e que compartilha das mesmas preocupações já apontadas, sobre o modelo de universidade que se pretende, e sobre o impacto da universidade na região. Ao ler o relatório da comissão sentiu falta de planejamento e objetivos mais específicos na área da pesquisa e da pós-graduação, e também relacionada à comunidade estudantil, frente aos desafios orçamentários que as universidades têm vivido. Fez os seguintes apontamentos: Como foi pensado o apoio à comunidade estudantil, no cenário de redução de bolsas? Quais os projetos que estão sendo pensados para pesquisa, para ciência e tecnologia? Eles atendem aos objetivos da sociedade? Eles atendem às demandas da região? Como está sendo pensada esta comunidade estudantil para Pós-graduação? É necessária uma política de assistência e de acompanhamento para que os estudantes que ingressarem nessa nova universidade possam desempenhar suas atividades de pesquisa, para que esses estudantes permaneçam no Campus.

Ricardo esclareceu que as pós-graduações do Campus foram criadas por servidores do Campus GV, considerando as necessidades locais. A premissa da emancipação, é conquistar mais autonomia em suas ações, e com isso poder atender melhor às demandas locais e conseguir mais recursos para a universidade para uma possível expansão de acordo com as demandas locais de pós-graduação e pesquisa.

Cassandro registra que não é possível avançar nesse processo, sem uma reflexão sobre o modelo de universidade, mesmo que não tenha sido esse o objeto definido pelo CONSU.

Ricardo disse que a comissão talvez possa fazer um estudo sobre o projeto pedagógico da universidade, que poderia ser uma etapa pós discussões, após serem considerados aspectos técnicos e orçamentários.

O Diretor do ICE, Eduardo Barrere, explica que ficou preocupado com as premissas apresentadas pela comissão, foram apresentados apenas aspectos pessoais e orçamentários. Segundo ele, não é uma questão de pessoal e orçamentária somente. Alinhado à fala de Cassandro, destaca que é importante que o Campus GV entenda qual é sua identidade. O Campus GV deve repensar quando diz que quer emancipar para conseguir mais orçamento. Que levasse em consideração, de forma paralela ao que tem sido discutido, o que queremos ser como universidade na localidade em que estamos inseridos. A premissa da autonomia é a possibilidade de realizar os anseios da comunidade onde a universidade está inserida.

Ricardo esclareceu que o termo premissa utilizado anteriormente foi uma forma de responder ao Matheus. A comissão não colocou como premissa alcançar mais recursos com a emancipação. Em seguida, ele trouxe exemplos dos benefícios de uma possível emancipação.

Augusto Cerqueira, ratificou que a função do debate, é que a comunidade traga elementos para que se possa pensar a emancipação do Campus, reafirmando as palavras da professora Girlene. O que tem sido destacado nas falas, é o que se espera de um projeto de emancipação. Não se espera que a comissão faça esse trabalho, e sim toda a comunidade. Acha importante que os elementos que foram trazidos, sejam inseridos no novo relatório, que será apresentado ao CONSU.



Cassiano destacou que a fala de Augusto foi muito boa, e reforça o que ele já havia dito. Solicitou que, para além dos elementos de Governança e Orçamentos pontuados no relatório da comissão, as questões apresentadas nesta audiência sejam consideradas no relatório final, para apresentação ao CONSU.

Após encerrada as inscrições, Ricardo agradeceu a presença de todos, e fez o convite para a participação da audiência pública em Governador Valadares, encerrando o evento.

## Reunião sobre emancipação do CAMPUS GV - Debate sobre Conjuntura 29/11/2022

No dia 29 de novembro de 2022, no auditório da UNIPAC, em Governador Valadares, ocorreu o debate sobre a atual conjuntura econômica e social que envolve uma possível emancipação do *campus* Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), aberta para toda a comunidade acadêmica do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

O debate foi conduzido pelo técnico administrativo Ricardo Cunha Grünewald Zarantoneli, representante da Comissão de Condução do Debate, e mediado por Anderson de Oliveira Reis (Diretor em exercício do ICSA) e Nathalia Carvalho Moreira (Chefe do Departamento de Administração).

O evento contou com a participação de representantes da gestão administrativa da UFJF-GV, políticos da região, sociedade civil, discentes e docentes.

Ricardo iniciou a reunião apresentando-se e explicando o motivo do debate. Apresentou outros integrantes da comissão que estavam presentes e expressou que gostaria de que todos participassem da mesa redonda, entretanto, havia poucos presentes. Convidou os dois mediadores, Nathália e Anderson, para tomarem lugar à mesa e informou que após a breve exposição dos docentes, a plateia poderia manifestar-se. Finalizou sua fala comunicando que o relatório final dos trabalhos será apresentado ao CONSU em Juiz de Fora.

Anderson agradeceu o convite para compor a mesa e apresentou-se brevemente. Informou ter contato com uma amiga que está vivendo a emancipação em uma universidade no norte do Tocantins. Falou sobre a emancipação no contexto local, de Governador Valadares, e expressou que, para uma possível emancipação, deveria-se questionar o que se quer como órgão universitário e o que a universidade precisa ter para atender aos anseios econômicos e sociais da cidade. O docente disse que o órgão deverá tomar cuidado para não herdar os problemas anteriores quando emancipar, citando como exemplo, os transtornos gerados pela falta de comunicação entre o *campus* e a sede da UFJF. Ressaltou que deve-se pensar quais questões sociais locais podem ser colocadas dentro de cada curso e finalizou informando que a estrutura organizacional precisa se diferenciar da atual. Passou a fala para a professora Nathália.

Nathália cumprimentou a todos e apresentou-se. Relatou algumas dificuldades percebidas quando chegou redistribuída na UFJF-GV. Disse que enxerga que há um interesse na comunidade em ter-se uma identidade. Falou que deve haver um compromisso da universidade em atender as necessidades sociais e que acredita que muitas pessoas pensam de igual modo. Pontuou sobre a utilização de novas tecnologias, como SEI e outros, que temos, porém, mas ainda temos dificuldades de comunicação, desencontros de informações. Discorreu brevemente sobre relatos de emancipação de outras universidades que tiveram sucesso e de universidades que não quiseram emancipar-se. Colocou-se à disposição para discutir sobre os pontos de interesse de todos.

Ricardo agradeceu aos professores pela fala e passou a palavra ao plenário perguntas para discussão.

A docente Mirele, membro da comissão para definição de metodologia de debate acerca de possível emancipação do campus, iniciou sua fala concordando com o que foi apontado pelo professor Anderson a respeito do atraso do recebimento de informações no

*campus* vindas da sede, caracterizando um problema de gestão. Citou, como exemplo, a colação de grau dos alunos, que é um evento importante, porém, devido à demora de confirmação de agenda com a reitoria, é de difícil organização por parte do *campus*, bem como do planejamento por parte dos estudantes e familiares. Exprimiu orgulho por morar em Governador Valadares e comunicou que tudo o que se puder fazer para o desenvolvimento da região é uma missão do *campus* e dessa nova universidade. Sugeriu a busca de experiências de outras universidades que deram certo.

Anderson citou algumas experiências de outra universidade que emanciparam e ressaltou que ainda existem problemas de comunicação e que outros problemas surgiram, mas que o processo continua acontecendo. Salientou que o que se deve pensar agora é “qual a universidade que queremos”. Disse que todo processo de mudança é doloroso, que se trata de um processo de amadurecimento que deve-se passar e que deve-se avaliar os impactos e planejar-se.

Fernando Almeida, membro da sociedade civil, integrante no HUB de Inovação Galpão 205 da cidade de Governador Valadares, falou que algumas pessoas procuraram-no preocupadas dizendo que o processo de emancipação poderia ser pior do que se imaginava. Perguntou à mesa se houve algum tipo de questionamento a esse respeito.

Anderson respondeu que a situação orçamentária do *campus* é complicada, mas que acredita que se está finalizando um dos piores momentos da situação orçamentária das universidades no país. Disse que há questionamentos acerca de o *campus* não ter orçamento para cobrir o aluguel, por exemplo, porém, Juiz de Fora (sede) também não tem orçamento que cubra todos os gastos. O docente disse que, para a sede, o *campus* é um gasto. Isso não reflete a realidade. O diretor em exercício pontuou que não há estrutura física para emancipar, mas isso é cobrado de todos os políticos que estão envolvidos na causa. Disse acreditar que a emancipação é um fator político e independe das pessoas, que a discussão no grupo de debate é para amenizar os efeitos de uma emancipação, pois há 3 projetos de Lei para a emancipação da universidade em Governador Valadares de 3 deputados de frentes diferentes. O que pode ser feito é discutir sobre qual a universidade que pode ser criada. Salientou que está sendo criado algo bom, que a extensão é uma veia muito forte e que tem que ser mantida como um pilar desta nova universidade. Reforçou sua fala dizendo que o que é bom pode ser mantido e o que não é, precisa melhorar.

Natália disse que não há como prever, controlar, muitas variáveis sobre a emancipação, mas há como precaver-se em relação a diversos fatores. Informou que houve uma grande baixa de inscritos nos cursos. Ressaltou que tiveram que tentar novas estratégias para atrair os jovens valadarenses para a Universidade Federal em Governador Valadares, inclusive, entraram em contato com Juiz de Fora pedindo para divulgar mais a universidade em GV, mas faltam pessoas para ajudar a atrair os jovens. Salientou que a Extensão ajuda muito nessa divulgação, que em muitos projetos realizados percebe-se que, através deles, muitos bairros começam a conhecer a universidade.

Ricardo informou que no dia 02 de dezembro ocorrerá um evento em que será possível responder a pergunta do Fernando, pois a reitora de Catalão estará presente, e como a universidade da qual faz parte emancipou, poderá contribuir com a experiência. Disse que acredita que o deve ser questionado é “para quê emancipar?”. Esclareceu que será necessário mais recursos humanos se houver emancipação, que haverá aumento de servidores, então

será possível atingir os objetivos locais que a Natália citou. Ressaltou que há problemas aqui que a sede não dá a atenção merecida; que a autonomia tem vários pontos positivos, como por exemplo, liberdade de ir ao MEC e pedir mais verba para o *campus*. Explicou que hoje um dos grandes problemas é a falta de infraestrutura física, neste caso, poderia ir ao MEC pedir mais verba de investimento, que depende de vontade política. Elucidou, ainda, que com a emancipação seria possível criar-se a figura da Procuradoria para atender ao órgão, o que criaria uma facilidade e aceleraria os processos, por exemplo. O servidor pontuou que um dos medos que a sociedade civil possa ter em relação à emancipação é que os cursos fechem e acabe o *campus*, mas o motivo de fechamento de cursos é a falta de demandas para eles. Ressaltou que não há exemplos de universidades que fecharam por falta de recursos, que a universidade pública federal é defendida pela sociedade e que a sociedade não deixaria uma universidade fechar facilmente. Declarou que haverá desafios na emancipação, mas que há ferramentas para mitigar os impactos negativos. Afirmou que há uma força política bem substancial, relevante, que está dentro da universidade.

Rafael Modesto, representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) disse que se deve pensar de uma maneira mais real a respeito da atual conjuntura. Discorreu brevemente sobre as unidades do Vila Bretas, Santa Rita e DCBV. Citou o desgaste financeiro, material e psicológico dos estudantes por terem aulas em vários prédios diferentes. Informou que emancipar sem uma estrutura física seria colocar os estudantes enfrentando os mesmos problemas mas em diferentes processos. Declarou que o primeiro passo antes de pensar em emancipação seria a consolidação do *campus*. Disse que, como o *campus* GV está vinculado à sede em JF, quando ocorre um contingenciamento de verba destinada a máquina pública por parte do Governo, ele incide em cima de um montante que chega para a UFJF como um todo, porém, quando se emancipar, se o montante que receber do Governo for um orçamento menor que o de JF, quando houver contingenciamento, não haverá como cobrir os gastos da universidade. Expôs que a região onde o *campus* está localizado é agrária, mas que a universidade não é do agro, logo, questionou até que ponto as forças políticas estariam dispostas a arrecadar verbas para a construção de um *campus*, tendo em vista que elas se organizam majoritariamente na área do agro. Disse que não se pode ser tão esperançoso no processo político e que estamos vivendo um foi um dos piores governos para a educação. Citou o exemplo da universidade de Jataí, que quando emancipou o *campus* já estava construído. Afirmou que é muito complexo para um estudante iniciar sua graduação em um local com os mesmos problemas que anteriores sem um histórico, começando do zero, sendo que ele teria outras opções. Concluiu dizendo que às vezes os políticos tentam falar que é um processo simples, mas que não é assim.

Ricardo comentou sobre a fala de Rafael, elucidando que, sobre a infraestrutura, o *campus* GV tem 10 anos e a sede, até hoje, não conseguiu entregar nada substancial no campo da infraestrutura de GV. Salientou que em 10 anos a única coisa que a sede fez, no intuito de sairmos do aluguel, foi ajudar a comprar um prédio com problemas de infraestrutura, dizendo respeito à FAGV e que não houve estudo técnico sobre a compra daquele prédio. Reforçou que a sede não possui até hoje, um plano de consolidação da infraestrutura para GV, mas que o próprio *campus* possui um plano de consolidação da infraestrutura, que foi iniciativa dos servidores de Governador Valadares. Disse acreditar que se precisa emancipar para consolidar. Sobre os cortes, informou que quando ocorrem, são lineares, atingem todas as

universidades, e caso ocorra, irá afetar GV de qualquer jeito, sendo um campus emancipado ou não. Declarou que o projeto da construção precisa ser incluído no Plano Plurianual, consolidado na LOA.

Rafael disse que sua postura não é contrária à emancipação. Falou que a compra da FAGV passou pela comissão de Governador Valadares, que tinham servidores de GV e de Juiz de Fora, inclusive, ressaltou que seu diretor havia se manifestado sobre a compra. Declarou que os servidores da UFJF-GV são servidores da UFJF, só estão em outro *campus*, mas estão lotados na Universidade.

Anderson tomou a palavra e disse que a sede não considera o *campus* GV como uma Unidade da UFJF e disse que este é um cuidado que deve ser tomado ao se emancipar, para que não ocorra o mesmo entre os institutos. Informou que professores do CONSU já questionaram o porquê a UFJF estava tramitando recursos para os projetos do *campus* GV e que essas situações desanimam os servidores. Afirmou que é um defensor desse *campus* e que até hoje não foi esclarecido de forma satisfatória como é feito o corte do orçamento por parte da matriz. Saliou que não há transparência na questão do orçamento para que se possa agir com segurança e garantia.

Luan Sodré, gestor de pessoas do *campus* GV, apresentou-se e disse que muitas vezes os problemas do *campus* não são levados a sério pela sede. Informou que eles não conseguem ter empatia pelos problemas de GV e citou alguns casos referentes ao setor de Gestão de Pessoas. Finalizou dizendo que não há o apoio da sede para resolver os problemas de GV.

Giovani, assessor do deputado federal Leonardo Monteiro, disse que a universidade   uma grande conquista e muito importante para a cidade de Governador Valadares. Declarou que o presidente Lula havia se comprometido com a constru o da sede para a universidade, que já havia conseguido a doa o do terreno, que a constru o havia se iniciado, mas a obra foi paralisada. Disse ter certeza de que muitas coisas acontecem em Juiz de Fora com facilidade, mas aqui   mais difícil, que gestão sem autonomia dificulta muito. Informou que emancipa o   uma bandeira que precisa ser trabalhada e concretizada, mas, para isso, ter um *campus* aqui seria fundamental. Relatou que concordava com as falas de Rafael, que os problemas precisam ser apontados. Parabenizou a comissão que fomentou o debate e disse que   extremamente importante para a sociedade civil conseguir participar e saber dessas informa es. Colocou o mandato do deputado Leonardo Monteiro   disposi o, que defende a emancipa o. Declarou que a unidade nesse momento seria fundamental.

Anderson agradeceu a fala e apoio de Giovani e informou que, apesar das dificuldades, o fator humano tem tido muito sucesso na universidade.

Natali, assessora do deputado federal Hercílio Diniz disse que o político deixou o mandato   disposi o para o *campus*. Disse saber que o processo de emancipa o   um desafio, não   simples, mas   necessário, falou que o que for de cunho político, de articula o com o senado em Brasília, que estariam   disposi o para ajudar.

Anderson agradeceu a fala da representante de Hercílio. Disse que há uma preocupa o de como o aluno de uma periferia poderia saber o que   a UFJF, que sabia que precisava de uma aproxima o da institui o com a sociedade civil, só que o horário de atendimento do Instituto não bate com o horário do público, que já percebeu que há

necessidade do atendimento ser fora do horário comercial. Ressaltou que existem autocríticas que devem ser pensadas na universidade.

Professor Carlos, do departamento de economia, falou de sua preocupação com o esvaziamento das universidades. Discorreu brevemente sobre o cenário político atual. Informou que muitos alunos saíram da universidade pública para ir para a universidade particular. Falou que muitos dizem que a emancipação não está sendo debatida, porém, acha injusta essa fala e pediu para registrar-se que na reunião estavam presentes 4 pessoas além das duas que compunham a mesa, que há poucas pessoas participando desse debate e que depois os outros reclamariam da ausência de discussões. Declarou que toda a vez que vê um discurso contra a emancipação, lembra-se do seriado do Zorro, porque ele é um herói que luta, não pela liberdade da colônia, mas luta pela coroa espanhola, então, de repente, todas as pessoas que lutam pela liberdade são bandidos. O Zorro, num período de emancipação das colônias, luta a favor da coroa espanhola. Logo, sempre que percebe um órgão nessa situação, lembra-se disso. Afirmou que não vê sentido em não emancipar.

Nathália agradeceu a toda a equipe e ressaltou que realmente houve uma baixa de pessoas participando do debate. Agradeceu mais uma vez à equipe por toda a articulação para discutir sobre essa busca de autonomia. Pontuou que, apesar dos percalços, há um grupo, uma formação de redes, que se construíram ao longo tempo, com as melhores pessoas para trabalhar e contribuir com esta causa.

Ricardo perguntou se havia mais alguma fala. Fez algumas considerações finais. Explicou um pouco sobre como foi pensado o cronograma dos debates para que todos pudessem participar. Agradeceu a presença dos assessores do Hercílio e do Leonardo e disse que são pessoas ativas no processo. Agradeceu a todos. Disse que a universidade é uma sociedade dos valadarenses da região leste de Minas. Pediu a ajuda dos assessores para convidarem pessoas para participar das próximas reuniões e disse que às vezes, por falta de recursos, não há como divulgar as informações. Agradeceu a todos mais uma vez e lembrou que dia 02 a reitora de Catalão estará presente em uma reunião e que ela esteve ativamente presente na emancipação de seu *campus*. Comunicou, ainda, que dia 06 de dezembro o reitor estará em GV, pois será a audiência pública na câmara de vereadores.

Anderson agradeceu Ricardo e Natália. Disse que seu desejo é que as pessoas tenham acesso à universidade pública de qualidade e ajudar a desenvolver essa cidade. Agradeceu a todos que se mantiveram presentes até o fim do debate.

Nathália encerrou o evento dizendo que se colocava à disposição para outras discussões e abraça a causa da emancipação também.

## **Audiência com a Prof. Roselma Lucchese da Super Nova UFCAT**

No dia 01 de dezembro de 2022, no Auditório da OAB, em Governador Valadares, ocorreu a audiência pública, com a Magnífica Reitora da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), uma das universidades mais recentes criadas a partir do desmembramento de um campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), ocorrido em 2018.

A audiência pública foi aberta para toda comunidade acadêmica, e conduzida pelo representante da Comissão de Condução do Debate sobre a possibilidade de emancipação do campus Governador Valadares, Ricardo Grünewald Zarantoneli.

Após uma breve apresentação do Currículo da Prof. Roselma Lucchese, agradeceu a presença da professora, e passou a palavra para a professora já com uma pergunta, se valeu a pena emancipar.

Com a palavra, a professora Roselma, agradeceu o convite, e abordou a obrigação social de se compartilhar a história desenvolvida durante o desmembramento da Universidade Federal de Goiás. Explicou que não há um manual de instrução para um desmembramento e implantação de uma universidade. Destacou que a universidade se faz da comunidade universitária, que sua autonomia está nas características do que vamos implantar, e deve se parecer o máximo possível com os anseios desse corpo social da universidade. A Reitora disse que fará um breve relato do processo de expansão das universidades nos últimos anos, e destacou a necessidade do fortalecimento da rede federal de ensino superior do nosso país. O crescimento sem articulação uns com os outros, e os últimos anos mostraram o quanto precisamos estar unidos para que possamos de fato ter uma representatividade garantida na sociedade brasileira, frente ao processo de desmoralização e desconstrução do ensino superior.

No início de sua apresentação, a professora falou sobre a identidade visual da UFCAT, de como foi esse processo de construção dessa nova identidade.

Em seguida, fez um recorte temporal destacando como foram constituídas as novas universidades a partir do processo de expansão e do REUNI. De 2003 a 2014 foram criadas várias universidades federais no país (18 IFES), nominadas de novas universidades e novíssimas universidades. As 5 novíssimas universidades, duas na Bahia, duas no Pará, e o Cariri foram constituídas com lei de criação, que trouxe: o que a universidade será; qual patrimônio, se existe ou não; a localidade em que a universidade atuará; qual será a estrutura, em termos de pessoal, cargos comissionados, e os cargos efetivos.

A reitora explicou que o financiamento vinha de um acordo junto ao MEC. As novas universidades receberam um adicional, que é chamado hoje vulgarmente, de enxoval por 10 anos, até que consolidasse a sua implantação. A proposta era de quem em dez anos não rodasse a Matriz Andifes. Por 10 anos, a nova universidade ficava recebendo o aporte financeiro e também recebendo o mesmo orçamento, e só a partir desse período de consolidação, o orçamento teria como parâmetro a Matriz Andifes. As novíssimas universidades receberam aporte financeiro até 2019, faltando ainda quatro anos. Esse aporte financeiro foi cortado pelo governo Bolsonaro.

Após a criação dessas 18 universidades, foram implantadas no país as supernovas universidades. A UFCAT 12/05/2016 – 20/03/2018; a UFR 12/05/2016– 20/03/2018; a UFDPAR 12/05/2016 - 11/04/2018; a UFJ 12/05/2016 – 20/03/2018; a UFAPE 06/03/2018 - 11/04/2018; a UFNT 12/05/2016 – 08/07/2019.

Segundo Roselma, para a criação dessas supernovas universidades, existia o projeto, existia a solicitação política para que essas regiões tivessem a sua proposta, existia o apoio social, cultural, e econômico (desenvolvimento do interior, oportunidade de formação e transformação social política e cultural nas localidades e que essas universidades estavam inseridas). Porém, não existia naquele momento nenhum movimento do MEC para a expansão das Universidades. A tramitação desses projetos se deu no início do impeachment, exceto a de Pernambuco.

A criação dessas novíssimas universidades é bastante frágil, e muito econômica. Hoje é feito um movimento para readequação das leis de criação, que é o que todo grupo que esteja pensando numa nova Universidade precisa saber. Roselma destacou que trouxe todo esse contexto histórico, porque é preciso resgatar a tradição de criar as universidades no país. É preciso começar a construir uma história, para que se tenha alguma referência de criação de novas universidades, com condições boas para serem implantadas. A reitora diz acreditar que nos próximos anos isso seja aberto novamente no ministério da educação, e teremos a oportunidade de pensarmos em propostas de novas universidades, pois precisamos de novas universidades em nosso país. Para ela, o impacto de uma Universidade Federal no interior é gigantesco, em todos os aspectos, principalmente em uma região que requer desenvolvimento social e econômico. Então, os poderes locais, as instituições, as organizações civis locais devem apoiar uma universidade federal numa cidade.

Continuando sua fala, Roselma ressalta que as condições de criação de leis das supernovas universidades são bastante precárias, por isso, é preciso unir esforços para que essa estrutura seja modificada. É preciso ocupar os status social, cultural e econômico que a universidade tinha, é preciso repensar a universidade e atender as demandas sociais e culturais, principalmente a inclusão.

Ainda segunda a reitora, não foi garantido para as seis supernovas universidades nenhum investimento a mais do que estava na LOA. Somado a isso, teve a LC 173 que impediu a liberação dos cargos efetivos. Até dia 31 de Dezembro de 2021, nenhum outro gasto para o governo poderia ser gerado. Sempre trabalharam de forma precária, enquanto Campus.

Diante dessa precariedade, houve uma união dos 6 reitores, que fizeram uma mobilização entre senadores e deputados de cada estado, e conseguiram uma da lei complementar que retirou as supernovas universidades da LC 173, para liberação dos cargos comissionados CDs e FGs. Como não havia previsão na LOA de 2021, foi necessário reformular outra lei complementar, de complementação da lei orçamentária, para ter recurso para liberar as funções. Foi necessária a aprovação de duas leis complementares para a liberação de cargos comissionados.

Os concursos ainda ficaram aprisionados, e houve ainda a pandemia ao longo desse processo de implantação.



Na oportunidade, a Reitora trouxe dados em números da UFCAT: 31 cursos de graduação, 11 programas de mestrado, 03 programas de doutorado, 4.000 alunos de graduação, 600 alunos de pós-graduação, 299 docentes + 08 vagas em concursos, 117 técnicos administrativos (01 foi requisitada e 01 em exercício provisório), 08 docentes e 05 técnicos administrativos municipais e 175 terceirizados. Grande parte do custeio da UFCAT é utilizado para a terceirização de serviço, para garantia do funcionamento da universidade.

A Reitora ressaltou que, mediante todas as dificuldades, as 6 supernovas universidades não se arrependeram de ter se tornado uma universidade, mesmo sendo criadas em condições muito aquém do que foram criadas as novas e as novíssimas universidades. Mas há esperança de equiparação pelo princípio da isonomia. A reitora destacou que a evolução que tiveram em cinco anos, mesmo no contexto difícil politicamente, elas não tiveram em muito tempo, enquanto regional. Em seguida, trouxe vários exemplos dessa evolução enquanto UFCAT, apresentou as melhorias e os desafios advindos do processo de desmembramento.

Roselma explicou que o primeiro ato que acontece é a assinatura da Lei de criação e a nomeação do(a) reitor(a). Em seguida, vai na receita e cria-se o CNPJ. A partir desse momento, a universidade é responsável por toda execução financeira, e o próximo recurso vem separado da universidade mãe. Falou sobre os diferentes sistemas que precisam ser credenciados.

Esclareceu também sobre o período de tutoria pelo qual a UFCAT passou, dando exemplos de como foi esse processo. O termo de tutoria é celebrado entre o MEC e a universidade tutora, sendo que a universidade criada só dá anuência. O termo de tutoria garante que a Universidade tutora faça tudo pela nova universidade, como a execução financeira, a folha de pagamento, os projetos de execução, os contratos, até que a universidade criada tenha corpo técnico para desempenhar essas atividades.

A professora relatou sobre o processo e sistema de gestão acadêmica, que foi um processo muito delicado, e que deu muita dor de cabeça. Primeiro, houve a transferência pelo E-mec de todos os cursos de graduação para o CNPJ da nova Universidade. Em seguida, foi solicitada à CAPES a transferência dos cursos de pós-graduação para o CNPJ da nova Universidade.

Sobre a estrutura de pessoal, fez um breve resumo, de como foi a gestão da estrutura organizacional da UFCAT dentro do órgão mãe. Falou sobre a criação do SIAPE e SIGEP, e quando a UFCAT se tornar maduro dentro dessa estrutura, será criado um órgão separado, que é necessário para nomeações e folha de pagamento.

Após essa apresentação, foram abertas as inscrições, para que a comunidade participante apresentasse as dúvidas e coletasse as informações sobre o assunto e as experiências da convidada.

Com a palavra, o diretor-geral da UFJF-GV, Ângelo Denadai, destacou a satisfação com a presença da professora Roselma, compartilhando a experiência em prol deste projeto, que contribui para a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para o povo brasileiro. Destacou ainda que se encontrava emocionado ao escutar da professora que o desmembramento foi um processo trabalhoso, mas foi também satisfatório. Finalizou fazendo a seguinte pergunta: “Na opinião da reitora, hoje vocês prefeririam se um super Campus, ou uma universidade autônoma com todas essas precariedades?” Em resposta, a professora Roselma disse que o que ela iria falar era a opinião dos seis reitores das supernovas universidades. Não houve arrependimento de nenhum reitor de ter se desmembrado, mesmo diante das dificuldades, porque apo. Ressaltou que agora as prioridades, são as prioridades das supernovas universidades. As prioridades dos Campi não eram as prioridades dos Campus Sede. A dignidade desses Campi foi resgatada. E isso não tem preço, uma comunidade Universitária que há quase 40 anos trabalhava arduamente e nunca tinha conquistado esse espaço.

Professor Anderson, do Departamento de Ciências Contábeis, e Vice-diretor do ICV perguntou como foi a experiência dessa discussão, desse processo de emancipação, se foi discutido na UFCAT o que buscavam enquanto Universidade? A professora relatou a experiência de Catalão, falando sobre os Grupos de Trabalho que se reuniam e discutiam sobre a Universidade que queriam, e essas discussões eram registradas. Qual a vocação, a natureza, o perfil desta Universidade era discutida coletivamente. Foram realizados seminários, onde era trazido sempre uma pessoa para conversar sobre o assunto. Como resultado dessas discussões, foi produzido um documento que trouxe o perfil da Universidade. A Universidade que queriam foi documentada através desse trabalho, delineado junto com a comunidade. Deu-se destaque para questão da inclusão social, para questão regional, no apoio à cultura e a preservação da cultura. Deu como exemplo, a criação da secretaria de ações afirmativas, que foi uma resposta a esse Universidade que pensamos e que queremos. Após a criação da UFCAT, e nomeação da Reitoria, começaram a reunir para construção do Estatuto, para ser encaminhado ao MEC para aprovação.

Professor Rafael, chefe do Departamento de Fisioterapia, fez o questionamento, se existe uma maturidade ideal para a emancipação? Existe um número de cursos mínimos para uma universidade existir? A reitora respondeu que as pessoas quando estão envolvidas nesse processo se sentem pertencentes, mas nem sempre as pessoas pertencentes acabam amadurecendo nesse processo. Disse não saber se há um nível ideal de amadurecimento ótimo para esse processo. Tem que ter número específico de cursos para implantação de nova universidade, UFCAT tem 30, e acha que Pernambuco tem 14. Mas já se sabe que houve universidades que começaram do zero, não tinham comunidade universitária, nem amadurecimento, nem cursos, várias foram criadas do zero. Pensa que é uma questão política e da sociedade envolvida nesse processo. A força política vem do anseio da comunidade local, vem da comunidade e dos representantes parlamentares. A universidade pública é um patrimônio na localidade onde ela está inserida, e portanto, ela vai passar pelas questões políticas, e nesse sentido a força da bancada mineira é extremamente importante para que exista qualquer outra Universidade nova no Estado de Minas.

Fernando, da Instituição Galpão 205, HUB de Inovação, Negócios e Transformação do Território de Governador Valadares, fez três questionamentos: Como foi a discussão sobre a questão da territorialidade, o projeto conjunto que pensa o futuro de onde vocês estão inseridos? Houve exemplos de emancipação que se tornou um caos, houve universidades que vivenciaram essa realidade? Há uma receita de bolo a ser seguida, para os próximos passos, toda essa mobilização vai fazer diferença, é realmente uma discussão interna do grupo interno; ou é essa articulação com sociedade civil, ou uma articulação mais política, é alguma outra coisa, ou é tudo junto? A reitora disse não conhecer nenhum exemplo de caos. As supernovas talvez seja um exemplo mais próximo de uma dificuldade grande, mas não por conta da emancipação, foi por conta do contingenciamento, dos vários cortes e bloqueios de orçamento. Mas os reitores correm atrás de emendas parlamentares, e buscam soluções junto ao MEC. Hoje o maior caos que essas supernovas universidades estão vivenciando é a falta da realização dos concursos para liberação de novos servidores.

Ricardo aproveitou a palavra da professora, considerando que Catalão vive hoje um caos em relação ao quadro de servidores, fez um comparativo entre Catalão e GV. Enquanto que a UFCAT tem 317 servidores e 30 cursos de graduação, o Campus de Governador Valadares tem 470 servidores e 10 cursos de graduação. Mesmo com um número reduzido de servidores a UFCAT tem conseguido reverter os problemas.

Erick, servidor TAE no setor de Infraestrutura, perguntou como foi a negociação para definição do quantitativo de servidores que a UFCAT deveria ter para poder assumir todas as demandas que o campus sede realizava, o que foi prometido, e o que foi entregue. Roselama explicou que o projeto de lei que tinham, não foi o aprovado. O projeto que havia sido pensado para as supernovas tinha uma estrutura muito próxima das novíssimas universidades que estavam sendo planejadas. Mas por alguma razão, a lei de criação da UFCAT foi uma lei muito enxuta. Por isso hoje há uma luta para readequação desta lei. Tem sido feito um estudo proporcional do que tudo que foi aprovado para as novíssimas universidades, deve-se ter um tratamento isonômico. Foi aprovado um total de 81 técnicos na lei da UFCAT, enquanto as Universidades novíssimas, a média é de 450 técnicos. Já a Universidade Federal de Pernambuco, uma das supernovas, foi aprovada com 600 técnicos. O concurso não foi liberado por conta da pandemia, por conta da LC 173, e mesmo sendo liberado da LC 173, a liberação do concurso está na mesa do Ministro da Economia para ele assinar há meses, e o ministro não assina. Mas a UFCAT mesmo tendo esse quantitativo menor que o Campus GV assumiu o desafio, e ampliou a equipe de terceirizados, e já está quase plenamente implantada.

Heron Meireles, servidor aposentado pela UFJF, e representante do SINTUFEJUF, pergunto como ficaria a situação dos técnicos administrativo, que não aceitasse o processo de emancipação, e não quisesse se afastar da universidade da mãe e escolher se manter onde foi recrutado? Roselma explicou que não tem esse negócio de escolher um lugar. No sistema do MEC e do Ministério da Economia, os Câmpus têm seus servidores. Quem era da UFCAT, ficou na UFCAT. Quem quiser ir para mãe, tem que pedir permuta de vaga, ou remoção. Mas destacou que nenhum TAE reclamou de fazer parte da UFCAT. Aproveitou para destacar que ao pensarem que universidade que queriam, uma das questões que foram discutidas, foi o tratamento igualitário entre professor e TAE, o que não é comum nas universidades. Essa foi uma demanda do corpo técnico administrativo, que foi acolhido integralmente pelo restante do corpo social da universidade pelos professores e pelos alunos.

Webert, estudante do curso de farmácia, questionou se o conceito de infraestrutura consolidada é realmente necessário para ocorrer a emancipação. Quanto tempo durou, a partir do momento em que foi assinada a lei de criação da UFCAT, para iniciarem o processo de emancipação? Em resposta aos questionamentos, a professora relatou que o movimento estudantil participou muito de todas discussões, participaram dos GTs, dos seminários e da consulta pública. Respondendo à pergunta disse que infraestrutura não é necessária. E sobre o tempo explicou que assim que o reitor é nomeado, prosseguiu-se com abertura do CNPJ junto à Receita Federal. A UFCAT foi criada em 2008, e só houve a nomeação da Reitora em dezembro de 2019. A UFCAT estaria plenamente implantada se não tivesse tido uma pandemia no meio do caminho e uma LC 173.

Elisa Maria Costa, ex-prefeita de Governador Valadares fez uma pequena explanação, falando sobre os 10 anos do Campus, que iniciou suas atividades em 2012. Falou sobre as muitas necessidades do Campus, como a construção da sede física e definitiva, ampliação dos cursos de graduação, identidade local e regional. Segundo Elisa, há muitos caminhos ainda a serem trilhados, e considera que a situação da emancipação deve ser uma construção coletiva, de uma reflexão da comunidade Universitária, estudantes, comunidade de Valadares e região. Destacou que a região do Rio Doce é muito importante, por sua identidade, pelo histórico, pela democratização da terra, do tema da bacia hidrográfica do Rio Doce, das questões indígenas, como os Krenaks e os Pataxós. Há uma realidade regional que precisa ser construída junto com a universidade. Acredita que a identidade do Rio Doce terá um aprofundamento com a emancipação do Campus. Essa identidade regional precisa ser compreendida, lida e devolvida enquanto conhecimento para transformar essa realidade regional. Fez a reflexão sobre o papel de uma futura Universidade dentro desse novo contexto nacional e dessa região, e por isso, a proposta dos novos cursos. Lembrou que na época da implantação do Campus, foram realizadas audiências públicas ouvindo a população sobre os cursos que poderiam ser oferecidos pela UFJF, por isso os cursos sociais aplicadas e os cursos da área de saúde. Houve uma parceria numa discussão com Instituto Federal que estaria oferecendo naquele momento alguns cursos de engenharias em complementação às áreas que a universidade não poderia oferecer naquele momento. Houve um esforço conjunto entre o Instituto Federal e a Universidade Federal. Elisa ainda destacou que é necessário avançar nos cursos de humanas, avançar nos cursos de saúde, áreas tecnológicas, para que seja construído um papel de uma nova Universidade mais identificada com o Vale do Rio Doce.

Felipe, Diretor de Inovação do município de Valadares, questionou como foi a escolha dos cursos junto com o poder público. Como foi a participação do município junto com a universidade, pensando nos próximos 30 anos da emancipação, os cursos para modificar a qualificação da mão de obra para o município não ser só apenas um município que vai passar um dos Universitários e saírem dali mas para eles ficarem e agregar valor a o adensamento de cadeia o local? Roselma respondeu que não foram escolhidos cursos, apenas mantido aqueles que já existiam. Após a nomeação da reitora, foi criado o CNPJ; em seguida o cadastramento em todos os sistemas; a elaboração do Estatuto e encaminhado ao MEC para aprovação e publicação do Diário Oficial. Após essas etapas, seguiu-se para os regimentos, a elaboração do Regimento Geral, que já foi aprovado; e elaboração dos Regimentos Específicos (graduação, pós-graduação, pesquisa e pós-graduação e inovação tecnológica, e outros). Ao mesmo tempo, iniciou-se o debate a Constituição da comissão do PDI, é nesse momento que será discutido a proposta dos cursos propostos. Considera que no projeto de propósito da Universidade não precisa ser discriminado os cursos, mas precisa constar no projeto a vocação desta nova universidade. Alinhada à fala da ex-prefeita Elisa, disse que a Universidade que querem, a vocação desta universidade neste espaço, nessa localidade precisa constar no projeto. Isso vai fazer o diferencial, e tem um apelo coletivo. É preciso descrever a região, e destacar o porquê a universidade tem que ser instalada aqui. Ressaltou que um dos indicadores de avaliação dos cursos pós-graduação, é a inserção que a universidade tem na comunidade. Ressaltou ainda, que conforme já relatado pela ex-prefeita Elisa, que a nossa região tem indicadores fortes que mostram a necessidade, e qual é a vocação desta Universidade.

Professor Leandro, Diretor do ICV, perguntou: Como foi o processo de emancipação em relação a Federal de Goiás, em termos de animosidade, foi litigioso? Roselma respondeu que que não existia o desejo dos gestores da universidade para emancipação, no início ,não foi um processo harmônico, que é natural em uma separação.

A professora Nathane, diretora do ICSA, perguntou: Como foi o processo de preenchimento dos cargos administrativos na UFCAT, ao se emanciparem? Roselma disse que hoje, com a emancipação, os gestores têm mais dignidade para trabalhar. Quando iniciaram as discussões, a comunidade foi se envolvendo de uma forma, que hoje há servidores se oferecendo para assumir esses cargos. Há tanto docentes quanto técnicos ocupando cargos maiores de gestão. A emancipação trouxe ânimo, foi motivador e criou-se um clima organizacional mais positivo para as pessoas assumirem os cargos de gestão.

Professor Erly, fez a seguinte pergunta sobre os processos universitários: Após a emancipação, a gestão consegue perceber uma melhora nos processos da universidade? Os encaminhamentos se tornaram mais rápidos, se tornaram mais eficientes, ou permaneceu tudo como estava? Roselma respondeu que o apoio da procuradoria também foi essencial, que estava próximo da gestão, que deu para a UFCAT uma segurança jurídica em suas ações. E em consequência os processos ficaram muito mais rápidos. Falou sobre a organização dos contratos com os terceirizados, e lembrou de quando estavam construindo o projeto da Universidade que queriam, ressaltaram o trato humano dos terceirizados, e nesse sentido, há hoje dentro da UFCAT, várias ações que valorizam esse servidor terceirizado. Falou também sobre outra discussão pautada no projeto, que foi o respeito dos animais abandonados no Campus. E a UFCAT desempenha várias ações nesse sentido.

Por fim, o professor Ângelo agradeceu a presença de todos e da reitoria Roselma, parabenizou o trabalho da comissão e fez algumas reflexões. Até quando vamos continuar sendo esses patinhos feios? Até quando vamos aceitar esse modelo de Universidade que está colocado aqui para o campus Governador Valadares? Segundo o professor, é sabido que muitos em Juiz de Fora querem que o campus cresça, mas é fato que sem autonomia é praticamente impossível esse avanço e que a maturidade é algo a se construir durante o processo. Ainda segundo o diretor, esse projeto de emancipação precisa do apoio de todas as frentes partidárias, que já deflagrou, com as discussões internas, com o diálogo com a sociedade.

Ricardo fez seus agradecimento e o encerramento.

## **Reunião aberta (comunidade acadêmica) presencial na Câmara Municipal de Governador Valadares**

No dia 06 de dezembro de 2022, na Câmara Municipal de Governador Valadares, ocorreu a audiência pública, aberta para toda a comunidade acadêmica, para debater sobre a possível emancipação do Campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A audiência pública foi conduzida pelo Presidente da Comissão de Condução de Debate sobre a possibilidade de emancipação do Campus Governador Valadares, Professor Erli.

O evento, transmitido para a comunidade de Governador Valadares, contou com a participação de representantes da gestão administrativa da Universidade:

Profa. Angelica Carneiro, Diretora de Graduação da UFJF, Prof. xxx, Prof. Alex Moura, Vice-diretor do Campus de Governador Valadares, Prof. Ângelo Márcio Leite Denadai, diretor-geral do Campus, o Coordenador Administrativo, Ricardo Grunewald, o Pró-reitor de Infraestrutura, Marcos Tanure, o Secretário-Geral da UFJF, Edson Faria, e o Reitor da UFJF, Marcus Vinícius Davi. Representantes do movimento estudantil: Tiago Santos, Igor Félix, Rafael Modesto, Carlos Henrique. Representantes políticos, Elisa Costa, ex-prefeita de Governador Valadares, a Vereadora Gilsa Santos, o Vereador Paulinho Costa, o Vereador Igor Costa, o Vereador e também Professor da UFJF, Jamir Calili, Jadson Hildeu da Silva, Secretário Adjunto de Obras e Serviços Urbanos, Beatriz Almeida, Secretária de Desenvolvimento, representando o Prefeito André Merlo, Tarsiana Amaral e Giovane Onório, representando o Deputado Federal Leonardo Monteiro, Natálie Maia representando o Deputado Federal Hercílio Coelho Diniz, Bruna Benvenut, Secretária Municipal de Educação, doutor Leandro Amaral, Secretário Municipal de Governador, e Luciano Souto Dias, Controlador Geral do Municipal de Governador Valadares.

O Professor Erli fez uma breve contextualização a respeito da possibilidade da emancipação do Campus da UFJF Governador Valadares que teve sua origem em 22 de dezembro de 2019, através da Portaria SEI 214, CONSU, que previa a implantação de uma Comissão para tratar da possibilidade da emancipação do Campus da UFJF Governador Valadares. Essa portaria gerou uma comissão que depois foi dissolvida porque estava tratando de mérito diferente do determinado pelo CONSU. Na sequência Portaria SEI 696, de 18 de junho de 2021 criou uma Comissão para definição da metodologia de debate, obedecendo a Resolução nº 03 de 2021 do Conselho Gestor do Campus da UFJF Governador Valadares.

Essa Comissão apresentou ao CONSU uma proposta de metodologia para o debate de emancipação, foi aprovada, e deu origem à Resolução nº 05 de fevereiro de 2022. Ainda neste mesmo lapso temporal, a direção do Campus recebeu apoio da Câmara Municipal de Governador Valadares em relação a eventual emancipação e através da Resolução 01 do Conselho Gestor instituiu a Comissão de Debate nos termos da Resolução do CONSU nº 05 de fevereiro de 2022. A presente Comissão teve a representação do Instituto Ciências da Vida – ICV, Instituto Ciências Sociais Aplicadas – ICSA e da Direção-geral; além de representação sindical Sintefejuf, DCE e da APES.

Em 13 de maio de 2022 a Comissão deu início a suas atividades com a eleição da presidência, apresentou cronograma de eventos que finaliza com essa audiência pública. Importante ressaltar que no dia 03 de novembro de 2022, a APES, representante dos professores da UFJF, resolveu, espontaneamente, se retirar da Comissão de Debates.

O servidor Ricardo Grunewald, representante da direção-geral e membro da Comissão faz uma breve apresentação sobre os resultados da sua dissertação de mestrado, sobre uma eventual emancipação do Campus de Governador Valadares.

Resgatou em sua explanação, o início da Universidade, sua implantação, a escolha dos cursos e dos cursos de Pós graduação.

Falou das insatisfações ocorridas por parte dos usuários nos primeiros anos e como as coisas melhoraram com a conquista de mais autonomia e desvinculação do Campus Avançado em relação ao Campus Sede, pois antes, tudo era definido por eles.

Falou sobre o movimento de separação de algumas Universidades em 2018, considerado um avanço natural, que ocorre em todos os Governos.

Relatou como exemplo a trajetória da emancipação da Universidade de Tocantins que teve o envolvimento político dos Deputados da Região, cuja proposta foi encaminhada pelo poder Executivo Federal, no caso, Presidente da República, para o Poder Legislativo. Que a partir do momento que a presidente assinou a proposta, esperou-se três anos para que fosse sancionada a lei.

Passou a análise dos aspectos de impactos de uma emancipação hoje, aos questionamentos do porquê se cria um Campus Avançado, mas não se cria uma Universidade e quais os motivos que levam a seguir essa trajetória.

Trouxe dados de pesquisa feitas com as Universidades que se emanciparam e com os servidores da UFJF, além da ponderação de impactos negativos e positivos, como exemplo:

A dificuldade da transição com a mudança organizacional, a perda de suporte do Campus Sede, a perda do prestígio que a UFJF carrega a mais de 60 anos como uma instituição de ensino renomada, o aumento do custo financeiro aos cofres públicos e aumento da carga de trabalho. Informou que seu trabalho apresenta algumas propostas para mitigar esses efeitos negativos.

Novamente com a palavra, o presidente da mesa informou que a Comissão ao iniciar seus trabalhos apresentou uma metodologia sobre pontos chaves do processo de emancipação, dividida em três Grupos de Trabalho, cujos resultados geraram relatórios parciais que não tinham objetivo conclusivo, mas sim de promover dúvidas e levantar questões a serem debatidas de forma conjunta, nas mesas redondas, nas reuniões abertas e nas audiências públicas. Na primeira mesa redonda foi feita a apresentação do relatório parcial que era, na verdade, uma compilação das questões levantadas pelos Gts, outra mesa redonda sobre conjuntura política, e uma terceira mesa que tratou do tema Emancipação, propriamente dita, com a participação da Reitora da Universidade Federal de Catalão, além da reunião aberta que aconteceu na Sede de Juiz de Fora.

O presidente da mesa deu início aos debates com falas reflexivas e indagadoras com o intuito de amadurecimento e crescimento do processo. Lembrou que a Universidade de Governador Valadares ocupa um espaço na sociedade que não tem mais como ser descartado ou ignorado, pois a presença da Universidade na cidade mudou completamente o cenário econômico e social de Governador Valadares, para tanto acrescentou fala sobre a importância do pertencimento e de se sentir pertencida ao local em que está situada, sobre o envolvimento que deve haver da Universidade com a cidade e da cidade para com a Universidade, ponderou sobre a necessidade de projetos que aumentem essa interação. Outra questão levantada nas discussões, foram as políticas de valorização dos estudantes da região em relação a Universidade, ou seja, desenvolver mecanismos que beneficiem o acesso desses estudantes a Universidade.



Com essa introdução concluiu-se que a relação entre o Campus Sede e Campus GV não é perfeita, e que existe, a muito, um sentimento de distanciamento. A exemplo foram feitos alguns apontamentos objetivos, como a sub-representação do Campus GV no CONSU e outros do cotidiano, cuja distância e falta de convivência não permitem a interação do Campus GV. Em suma, ressaltou que a discussão sobre a Emancipação não significa apenas um desmembramento, mas que também significa pertencimento, autonomia e identidade, levando em consideração que a autonomia, também tem a ver com as diferentes necessidades entre os Campi, visto estarem em diferentes momentos na construção de sua história. Por último, restou também como pontos levantados, a Gestão de Pessoas, Processos e Finanças. Em relação a esses pontos denota-se que todos os Processos passam por algum tipo de crivo do Campus Sede, ainda que Campus GV tenha toda a capacidade técnica para desenvolver o trabalho, assim como ocorre com a gestão financeira. Outro problema grave existente, são as remoções para a Sede, sem contrapartida, o que gera conflito entre os Campi, porque a ausência de política de devolução, baseada na lei e no direito do servidor, faz com que o Campus prejudicado tenha que administrar o estrangulamento de serviço, o acúmulo de demandas, e a sobrecarga de trabalho. Não diferente disso, segue o problema da execução orçamentária, centralizada nas mãos de um único servidor de Juiz de Fora, que gera lentidão na liberação de recursos e o andamento dos cursos que dependem dele, além daqueles recursos que não conseguem ser executados, em sua maioria pela burocracia, não volta. Ademais as unidades de Governador Valadares são as últimas a receberem dotação orçamentária para compra de material de consumo, chegando ao incidente de receberem a dotação orçamentária, uma semana após o final do prazo para a requisição. Além disso, contratos não renovados em tempo hábil e suspensão de cursos por falta de dotação. Informa que todos esses levantamentos estão disponíveis nos canais da Universidade. Ressalta que ainda não se sabe se a emancipação é o melhor caminho para o Campus GV, mas que independente da emancipação, existe uma relação institucional que precisa ser discutida, aprimorada, revista, e que em caso de não separação o Campus de Governador Valadares precisa ser efetivamente integrado politicamente e administrativamente através de processos e autonomia.

Dada a palavra ao Reitor, ao cumprimentar a todos, iniciou rápida retrospectiva sobre a vivência da Universidade até o presente momento, ressaltou que o processo de criação de uma Autarquia Federal independe da vontade direta, mas sim de uma série de articulações políticas, que ensejaram a aprovação de uma lei autorizativa para que futuramente um presidente, por decreto, possa criar essa autarquia. Acrescentou que o assunto “emancipação” quando surgiu, surgiu com algumas polêmicas e divergências, que já sinalizava que o assunto deveria ser melhor discutido, e que teve um fato muito concreto, quando o então Ministro da Educação, ex-Ministro Milton Ribeiro começou a trabalhar uma proposta de projeto de lei que seria encaminhada para o Congresso Nacional, com a proposição de criação, inicial, de dez Universidades. Tal projeto, depois, foi apenas citado pelo Ministro em uma audiência no Congresso, com a proposta de criação de apenas cinco Universidades e naquelas cinco possibilidades não constava a criação de uma Universidade na cidade de Governador Valadares. O movimento do Ministro gerou uma forte reação nos meios universitários porque as Universidades foram totalmente surpreendidas com anúncio, repercussões contrárias e negativas ocorreram no Estado do Espírito Santo e desde então o Ministro tomou a decisão de que só encaminhará propostas de criação de universidades se ele recebesse da própria Universidade uma manifestação expressa de concordância da criação da Universidade. Ato contínuo, em conversa com o Ministro, ficou acertado que

alguns procedimentos seriam cumpridos para se dar início ao desejo de emancipação do Campus UFJF/GV.

Contudo, houve grande mudança política no país, e o atual Governo não pretende enviar nenhum processo de criação de Universidade nesse momento para o Congresso Nacional. A comunidade universitária volta a ter de avaliar como isso seria debatido em um próximo Governo, o que trouxe novas interrogações, ou seja, qual vai ser a política governamental adotada para que a comunidade possa atuar. Isso, obviamente, não impede uma movimentação para que a emancipação se concretize. Relata que em sua opinião a Universidade deve continuar os debates sobre o assunto para caso seja chamada a opinar, já tenha algo consolidado a posicionar. Acrescenta que a grave questão de infraestrutura em Governador Valadares foi ponto prioritário na reunião da ANDIFES e que a falta de investimentos expressivos na educação nos últimos sete anos faz surgir uma expectativa de que a partir do primeiro ano do novo governo haverá uma retomada investimentos na educação e a universidade tem que está preparada para apresentar propostas e projetos que contemplem Governador Valadares.

Nessa linha, ao abarcar o tema “emancipação” propriamente dito, relata que esse é um processo natural em todos os Campis que cresce e se desenvolve por duas características muito simples, ou seja, o próprio desenvolvimento do Campus faz com que ele comece a justificar sua autonomia. Outra característica fundamental é importante, que justificaria a criação de uma Universidade, é quando o Campus começa a desenvolver a suas próprias vocações, quando em função da relação que ele mantém com a região em que ele está instalado, ele começa a ter especificidades, uma natureza e um projeto tão próprios que é natural que ele não se veja mais vinculado a uma outra Universidade, de uma outra região, porque ele já tem um projeto e uma natureza sua.

Sendo assim, discorda o Reitor da fala do presidente da comissão, se o motivo da emancipação for apenas por problemas de dotação orçamentária, fluxo de processos, ou autorização de despesas, visto que isso não se resolve com emancipação e não seria algo aceito no ministério de gestão de nenhum governo, ou seja, os problemas de gestão devem ser resolvidos, administrados e não podem ser o argumento para a criação de uma Universidade.

Segundo o reitor, sem uma vocação, a proposta de emancipação nasce morta, sem chance de prosperar, e que se deve focar em um bom projeto para se alcançar êxito.

Coma a palavra o Prof. Ângelo Márcio Leite Denadai, diretor-geral do Campus, que cordialmente saúda a todos e inicia sua fala expondo que a direção do Campus entende e se preocupa com todas as colocações feitas pelo Reitor para avançar nesse grande projeto e que a Universidade tem sim, todas as condições de construir essa vocação, mas que precisariam de tempo para estruturar os Gts e deflagrar o processo internamente para avançar, que o processo é longo e demorará anos. Citou a visita da Reitora da Universidade de Catalão que trouxe dados muito importantes, que acredita que a maturidade se constrói durante o processo e que, hoje o que a direção do Campus defende é a imediata deflagração do processo interno para a construção dos documentos de pactuação para consolidação dessa vocação e para o estabelecimento das articulações políticas de uma frente parlamentar multipartidária para iniciar o diálogo junto ao Ministério da Educação. Falou sobre a necessidade de estrutura mínima para a emancipação e que a direção entende que a consolidação da estrutura física deva acontecer de forma concomitante ao processo de emancipação, que a direção-geral vem se pautando em vantagens precisas e concretas quanto ao processo e que em questão como essa não há como ficar pautado em

subjetividades, embora tenha ciência de que a situação não é simples e para isso existem os períodos de transição tutelada por uma Universidade mãe.

Houve pausa da discussão para a fala e homenagem da vereadora Gilsa Santos, à Universidade Federal de Juiz de Fora, em nome da Câmara de Vereadores.

Dado sequência aos trabalhos, com a palavra, a representação do DCE, Rafael Modesto, que iniciou sua fala fazendo um compilado de falas e ajustes de compreensão que cabe ao todo, ao que é maior, e não a cargos ou opiniões pessoais. Ressalta que o mais importante não é o meio ou desgaste, mas sim o que vai resultar nessa nova Universidade, qual o custo dessa decisão, quais os impactos serão gerados a curto, médio e longo prazo. Acrescenta que metodologias e desenvolvimentos separatistas não são o termo correto para falar de uma Universidade Pública, porque a ideia de educação no Brasil não deve vir de separar, mas sim de incluir, crescer e desenvolver. Citou os projetos de extensão universitária existentes em todas as áreas conectados à cidade, atuantes, reconhecidos e premiados como referência, sem descaracterizar o contexto caótico que o estudante do Campus de Governador Valadares vive. Que a construção e entrega do Campus não é somente uma pauta política, é uma pauta social, é uma pauta para a cidade, e acima de tudo, uma pauta política e econômica, porque a Universidade só permanecerá na cidade se houver a plena certeza de que o dia que Juiz de Fora sair, a Universidade de Governador Valadares terá prédio, cadeira e computador para continuar suas atividades e que qualquer coisa a menos que isso, seria cair em uma situação de impossibilidade total de continuar e conseqüentemente, deixar reflexos negativos das decisões tomadas hoje. Finaliza com a reflexão de que não se pode partir para essa decisão na confiança de que tudo vai dar certo, mas sim com garantias, sem delegar à sorte as inúmeras instabilidades e inseguranças que permeiam a nossa realidade e vem do nosso próprio Governo.

Na sequência, a fala da representação da APES ( Associação dos Professores de Ensino Superior), Professor Jean, que inicia sua fala e reflexão pautada do ponto de compreensão do projeto da Universidade que se tem, porque, segundo ele, o que se vê até então, é uma discussão sendo pautada em torno de questões administrativas, baseada em dados pontuais de problemas de gestão, mas que não responde realmente sobre a vocação da Universidade e o seu futuro dentro de uma possível emancipação, o que gera uma grande preocupação e torna o posicionamento muito difícil. Registrou que a APES tem como um de seus pontos de defesa, uma Universidade pública, gratuita e de qualidade; e que hoje, estão sendo taxados, por serem contra esse processo, como se fossem contra a essa Universidade. Ressaltou que a preocupação da APES, é justamente que todas as dimensões citadas ali sejam respeitadas, principalmente o fator da qualidade, e que o debate da forma como vinha sendo conduzido, até o presente momento, não abarcava todas elas, que os problemas de gestão administrativa vinham sendo colocados em primeiro plano, e o essencial a uma Universidade de excelência relegado a segundo plano, muito pouco discutido e considerado.

Segue com apresentação de vídeo com a fala do Deputado Leonardo Monteiro, relatando sobre a importância da emancipação para se consolidar a Universidade em Governador Valadares e região, e que estão com um projeto tramitando na Câmara dos Deputados, projeto de lei 1995 de 2021, que propõem a criação da Universidade Federal. Contudo, ao manifestar o seu apoio e colocar o seu mandato à disposição, ressalta, que fazer essa discussão, com a participação da comunidade, é de fundamental importância.

Ato contínuo, é convidada a Sra. Beatriz Almeida, Secretária de Desenvolvimento da cidade, incumbida de transmitir a opinião da atual administração em relação ao processo de emancipação do Campus UFJF/GV, e manifestou o apoio da administração pública local,

em relação a emancipação da Universidade para que o marco da emancipação seja algo que abarque a transformação local em todo o seu potencial. Afirmou que a cidade de Governador Valadares também está se consolidando, cada dia mais, como um polo educacional para todo o Leste de Minas e precisa lutar para garantir as melhorias estruturais e recursos para a manutenção e fortalecimento desse processo. Ressalta a importância dessa mudança e o apoio dado pela UFJF nessa trajetória, ao qual são muito gratos. Inegável também, que é necessário avançar com o processo de independência administrativa e financeira pela necessidade de um Campus construído, no qual essa comunidade interaja, sinta orgulho e pertencimento. Afirmou que Governador Valadares é um Polo Regional forte com muitos recursos a serem trabalhados, com grande representação política e capacidade de articulação política. E que a cidade tem todas as condições de imprimir sua identidade em todos os empreendimentos que agrega.

Segue a palavra com o vereador Jamir Calili, cuja fala abarcou pontos de vista e interesse diversos, considerando todos necessários ao contexto. Afirmou acreditar que existem problemas de gestão que são resolvíveis dentro de uma posição institucional, acadêmica que não necessita de uma emancipação, mas que por outro lado, há sim problemas de gestão, naturalmente ligados ao fato de estarmos a mais de 400KM da Sede. Ressalta que a separação entre a política e a ciência é apenas teórica e que a presença pessoal é muito importante. Reforça que o Campus/GV já está maduro para uma eventual emancipação, que a extensão e os professores já estão bastante desenvolvidos, que a Universidade já impacta a vida da cidade e que embora não seja possível fazer uma emancipação sem riscos, não estamos saindo do zero quando pensamos em dar esse passo.

Contudo, coloca como dúvida se é isso o que todos querem, visto não parecer unânime essa vontade, e que a comissão tem, neste momento, o papel de debater se realmente vai caminhar para esse outro passo, é uma decisão a ser tomada.

Lado outro, ressalta que ficar à espera do momento ideal e condições plenas, debatendo em condições extremistas, é não sair do lugar, é não querer enfrentar os obstáculos que naturalmente surgirão. Que o debate institucional deve ser feito, mas não proíbe que sejam feitos debates paralelos, que é possível que cada representação convoque seus próprios debates, porque os interesses são diversos, e é necessário viver o externo e o interno acadêmico.

Relata se sentir preocupado com o fato de a comunidade acadêmica ainda não saber qual Universidade deseja construir e que tal situação deve ser resgatada dentro do Plano de desenvolvimento da Universidade. Sugeriu que a comunidade tenha dois momentos de construção desse debate, sendo o primeiro, “que a Universidade se posicione de fato se está disposta a fazer o processo de emancipação” e o outro momento seria “institucionalizar esse processo de discussão da emancipação”, o que significa ter uma pessoa responsável por conduzir e produzir esses relatórios para que todos possam levar em suas reuniões e apresentar de maneira única o que a comunidade precisa, porque assim, se a oportunidade chegar, estaríamos preparados, e que a luta nesse tipo de processo sempre foi longa, que prefere enfrentar os problemas por tê-la, do que os problemas que não teria, por não tê-la, defende a emancipação de maneira consciente e propõe iniciar um processo de construção de propostas.

Com a palavra o vereador Paulinho Costa, relata que a emancipação da Universidade é uma vontade da população valadarense e que a câmara está a disposição para participar efetivamente desse processo.

Na sequência, a vereadora Gilsa Costa, retoma em sua fala a mesa redonda realizada com a Reitora de Catalão sobre a base de discussão de transformação do Campus em Universidade, sobre a Universidade que queremos. Relata sentir falta de apropriação da cidade pela Universidade porque falta identificação, que há uma interpretação muito falha nessa relação, que há falhas de comunicação da universidade com a cidade e que nessa conversa muitas subjetividades foram sanadas, por isso acredita que o início do processo já aconteceu, que a emancipação é vista como benéfica pela comunidade, porém a forma tem que ser revista, repensada, absolvida por outros atores.

Seguem as falas, com a palavra a Senhora Elisa Costa, que reitera que a emancipação já está em um processo interno e que é preciso avançar na sociedade, nas comunidades, discutir o assunto nos bairros de Valadares, que pouco sabem sobre a prestação do serviço público de qualidade que está sendo oferecido na cidade, e também para que a cidade possa de fato se apropriar dos benefícios da Universidade Federal que lhes pertence. Ressalta que cabe muito nesse momento, reafirmar a Universidade que se deseja, porque é necessário se reforçar a ideia de uma universidade democrática, inclusiva, o sistema de cotas, o ensino de qualidade, e principalmente os recursos públicos para que isso aconteça, levando em consideração que a região é extremamente empobrecida, com renda média de até dois salários-mínimos. Que a região tem motivos para querer a Universidade como Vale do Rio Doce, que tem uma identidade muito própria em todos os seus aspectos e que o projeto de desenvolvimento da Universidade tem que está vinculado ao projeto de desenvolvimento dessa região, visto que foi esse foi o motivo da origem da Universidade nesta cidade. Assevera que existem passos urgentes a serem dados para se construir o rosto dessa universidade, avançando no amadurecimento da comunidade acadêmica da UFJF/GV e da sociedade, respeitando a Reitoria e toda a história da universidade mãe, que teve a coragem de enfrentar o desafio de vir para a Governador Valadares, e com toda dificuldade conseguiu produzir muitos frutos bons na economia, nas pessoas, na cultura, na extensão, na pesquisa, de forma transformadora ao cenário da região.

Pondera como primeiro ponto essencial, que a nova Universidade tem que vir de um projeto de construção coletiva, com pensamento transformador, crítico, com a participação de todas as representações, porque essa é uma conquista histórica e transformadora para todos. Em segundo lugar, a grande articulação política, com projetos para ser apresentado ao MEC, ao futuro Ministro, mas também ser entregue ao presidente Lula, porque ele esteve na cidade em 2010 e anunciou o Campus da Federal, o que gerou um compromisso com esse projeto a se realizar. Como último ponto, ressalta a necessidade de ousar e ter a coragem de enfrentar as dificuldades.

Com retorno da palavra ao Reitor, retoma as falas do ponto de vista que devem existir bons argumentos para o convencimento do governo federal, visto que as decisões não são tomadas aqui, mas sim em Brasília. Reafirmou que o ponto chave está justamente em construir a vocação da universidade em cima das características da região, o que ela apresenta de desafio para o desenvolvimento econômico e social, quais são as características demográficas da região, a questão da imigração. Outro dado importante, é que em 2018, foi o último ano que o governo federal colocou recurso no orçamento, específico para a complementação do orçamento de Governador Valadares para o custeio das despesas com aluguéis, aporte esse, que a partir de 2019 deixou de existir, o que deixou o orçamento da UFJF/GV deficitário, acrescentou que lutou muito em Brasília por esse recurso, recebendo constantes negativas, ou seja, hoje, vem menos recursos do se gasta em Governador Valadares.

Pondera sobre os problemas de contratos e obras, mas que o grande desafio é o recurso para construção do Campus e que esse deveria ser o primeiro pedido, não excluindo a possibilidade de tentar também a emancipação, sem perder o foco na infraestrutura.

Acrescentou que o norte para a emancipação é um bom projeto, que abarque as vocações específicas, e que isso justifique o aporte para terminar a obra, um projeto de expansão que incluía a formação de professores na região e a emancipação.

O professor Erly pergunta se haveria condição de discutir e mudar a proposta da construção do Campus, no Rancho Miura, com a modificação da proposta no sentido do local, formato e tamanho proposto atualmente. (Intervalo)

Passada a palavra ao diretor-geral do Campus, este faz uma reflexão sobre os desafios lançados e que hoje, precisarão de autorização do Conselho Gestor da Universidade para estabelecer esses grupos de trabalho para decidirem como vão trabalhar. Sugeriu que a Comissão condutora do debate avalie a possibilidade de se colocar no relatório final, desse ciclo, que praticamente termina com essa audiência pública, o deflagramento do processo interno com autorização para que a direção do Campus, na presidência do Conselho Gestor, possa atuar na ampliação desses grupos de trabalho para conseguir de maneira institucional estabelecer o diálogo em várias frentes e que do ponto de vista administrativo, não vê essa possibilidade.

Com a fala, o Sr. Guilherme Jacob, que corrobora a fala do representante do DCE e critica a perda do foco em uma audiência pública. Passado esse ponto, falou sobre os muitos movimentos e problemas enfrentados pela UFJF, os quais participou quando aluno da instituição. Relembrou que em várias reuniões, com a presença do Reitor, a comunidade de GV externou seus problemas de gestão e execução de despesas e que naquela ocasião o mesmo fez um compromisso com a comunidade de que daria autonomia a GV, colocando como proposta de campanha a abertura de proposta de UO e UASGS para que GV pudesse executar suas próprias despesas e que passado mais de sete anos isso não aconteceu, continuando o Campus a depender de grandes medidas do Campus Sede. Sob esse contexto pede uma resposta de sugestão do Reitor para o problema de gestão, ainda existente, e passa a rebater a fala do vereador Paulinho Costa sobre a falta de integração da universidade com a cidade, com a crítica de a própria câmara municipal se fechou para a comunidade, citou exemplos como o fim da “tribuna livre” suprimidos pelos vereadores, e sugeriu ao final, a nova criação de espaços para manifestação da comunidade.

Convidado a falar, o assessor do deputado Leonardo Monteiro, Giovani Onório, falou sobre a visita do presidente Lula em 2010, e anunciou a vinda da Universidade para a cidade, que na ocasião ele lançou o desafio para a cidade de promover um local para a construção do Campus. Discorreu sobre a importância da coragem em abraçar os sonhos, apesar dos desafios e que a construção do Campus foi assumida pelo presidente Lula. Concluiu que o grande foco é a emancipação e pede ao Reitor apoio e empenho nesse processo de construção, embora a decisão final não dependa dele.

Com a palavra o estudante da Universidade Federal do Vale do Mucuri, Igor, representante dos estudantes de Minas Gerais, que na sequência respaldou a fala do também estudante e representante do DCE, e falou da importância das Universidades Federais e dos problemas enfrentados UFVM com a falta de recursos para tocar os projetos, as construções paradas e que não sabem como vão solucionar a questão. Acrescentou que Valadares, apesar de tudo, conseguiu avançar em suas pesquisas e extensões.

Com a fala o estudante Tiago, que reiterou a fala dos colegas anteriores e manifestou a grande vontade dos estudantes em fazer parte desse processo, independente, se contra ou a favor, e o sentimento dos mesmos em se sentirem lesados ao não serem informados sobre esse movimento, compartilhou erros e acertos de uma experiência anterior e falou sobre a importância da escuta de todos durante o processo.

Com a palavra o Sr. Fernando, presidente do Galpão 205, que é um Hub de inovação, negócio e transformação do território, cuja essência de formação vem de um longo aprendizado e vivência de mais de 30 anos de atuação da família e da sua raiz social, com participação social intensa, desde ao terceiro setor à participação política não partidária em associações. Asseverou que o Galpão tem o lugar de contribuir com debate da sociedade civil que precisa estar melhores colocadas. Discorre sobre uma visão de articulação prática, ampla que ainda não aconteceu nesse processo, acrescenta que vem participando de todos debates e que a sociedade civil ainda é bastante desarticulada quanto a sua participação, não podendo esse debate ficar somente dentro da Universidade. Propõe o desafio de que a câmara, a secretaria que representa o prefeito, as entidades empresariais, às quais o grupo faz parte, e os políticos articulados ao projeto avancem a questão para fora da Universidade. Ressaltou que muitas pessoas temem a piora da situação, mas que é preciso olhar para o futuro.

Extrapolado o tempo, foi encerrada a audiência.